



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS V- ALCIDES CARNEIRO DA CUNHA
CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E SOCIAIS APLICADAS-CCBSA
DEPARTAMENTO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS
CURSO DE BACHARELADO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

HELOÍSA MICAEL BRITO

***EL LADRILLO: A IMPLEMENTAÇÃO DAS POLÍTICAS NEOLIBERAIS NO
CHILE (1973-1990).***

**JOÃO PESSOA
2019**

HELOÍSA MICAEL BRITO

**EL LADRILLO: A IMPLEMENTAÇÃO DAS POLÍTICAS NEOLIBERAIS NO
CHILE (1973-1990).**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao curso de Relações
Internacionais da Universidade Estadual
da Paraíba no período letivo de 2019.2
como requisito parcial à obtenção do
título de Bacharel em Relações
Internacionais.

Orientador: Profa. Dra. Cristina Carvalho Pacheco

**JOÃO PESSOA
2019**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

B862l Brito, Heloisa Micaele.
El ladrillo [manuscrito] : a implementação das políticas
neoliberais no Chile (1973-1990) / Heloisa Micaele Brito. -
2019.
47 p. : il. colorido.
Digitado.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Relações
Internacionais) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de
Ciências Biológicas e Sociais Aplicadas, 2019.
"Orientação : Profa. Dra. Cristina Carvalho Pacheco,
Coordenação do Curso de Relações Internacionais - CCBSA."
1. Chile. 2. Neoliberalismo. 3. El ladrillo. 4. Políticas
neoliberais. I. Título
21. ed. CDD 320.983

HELOISA MICAEL BRITO

EL LADRILLO: a implementação das Políticas Neoliberais no Chile

Monografia apresentada ao Curso de Relações
Internacionais da Universidade Estadual da
Paraíba.

Aprovado(a) em 20 / 11 / 2019.



Cristina Carvalho Pacheco /UEPB
Orientador(a)



Fernanda Patricia Silva Albuquerque /UEPB
Examinador(a)



Filipe Reis Melo /UEPB
Examinador(a)

A Deus quem planejou toda minha história, e aos meus pais que me deram todo o apoio necessário para cumprir esta imp

AGRADECIMENTOS

Este trabalho não teria sido realizado sem o apoio dos meus familiares, amigos e professores.

À Deus, agradeço por ter me fortalecido durante esse processo, e cuidado de cada detalhe até aqui. "O fim das coisas é melhor do que o seu começo", (ECL. 7, v.8) e assim, me sinto ao terminar esse trabalho e o curso.

Aos meus pais, Alcione e Romissérgio que me apoiaram em todos os momentos, e me incentivaram a seguir em direção dos meus objetivos e a dar o meu melhor. Aos meus irmãos, que sempre me entenderam e torceram por mim. Obrigada Sérgio, Djeovana e Fan.

À Cristina Pacheco, minha orientadora que desde o início da pesquisa, especialmente na primeira conversa que tivemos sobre o Chile, prontamente me atendeu e ajudou-me no desenvolvimento da pesquisa. Obrigada por isso, e por tudo o que já fez por mim.

Aos meus amigos, que se preocuparam, me incentivaram durante esse tempo, muito obrigada! Sem vocês, seria bem mais difícil.

Aos meus colegas da turma 2015.1, vocês são excelentes, e agradeço por toda a ajuda, palavras que direcionaram a mim durante o curso e ao trabalho. Não colocarei nomes, para não falhar, mas sintam-se abraçados.

Ao professor Murilo que mesmo que por um período, se dispôs a me orientar sobre questões importantes do trabalho, obrigada Murilo!

À Banca, que aceitou a minha solicitação junto à professora Cristina, muito obrigada pela oportunidade de tê-los na minha defesa.

A todos, meu muito obrigada!

RESUMO

A pesquisa tem como pergunta norteadora: como a implementação das políticas neoliberais no Chile representou uma provável inflexão na conjuntura econômica e social do país? A hipótese é que essa inflexão se deu através de reformas políticas socioeconômicas específicas do *El Ladrillo* (documento base da política econômica do governo militar chileno). O objetivo geral dessa pesquisa consiste em analisar as ações governamentais específicas do Governo Pinochet nos anos de 1973 a 1990. Para que o estudo fosse possível, foi realizado um levantamento bibliográfico sobre o neoliberalismo no Chile (MORAES, 2001; FONTAINE, 1993; FRENCH-DAVIS; STALLINGS, 2001; entre outros), uma análise documental do *El Ladrillo* e de documentos cedidos pela Biblioteca Nacional do Chile. O trabalho está dividido em três capítulos. O primeiro expõe o processo de formulação do *El Ladrillo* e propostas específicas contidas neste documento, reformas definidas pelos *Chicago Boys* para sanar as dificuldades que o país estava enfrentando. O segundo capítulo, consiste em apresentar, ainda que em linhas gerais, os aspectos teóricos sustentados por Milton Friedman, de modo a tentar estabelecer uma relação entre as ideias do teórico estadunidense e o documento elaborado pelos chilenos. E por último, no terceiro capítulo, discute-se a implementação das reformas durante o governo Pinochet que se alinham às ideias do *El Ladrillo* e os resultados na atual conjuntura chilena. Ao considerar os acontecimentos históricos apresentados, pode-se entender que o neoliberalismo transformou a conjuntura do Chile em termos econômicos e sociais, principalmente, pelas reformas feitas nesses dois âmbitos que incluiu em maior parte, o limite dado tanto à economia quanto ao social, no que tange ao papel do Estado.

Palavras-Chave: Chile. Neoliberalismo. El Ladrillo. Políticas.

RESUMEN

La investigación tiene como pregunta guía: ¿cómo la implementación de las políticas neoliberales en Chile representó una probable inflexión en la coyuntura económica y social del país? La hipótesis es que esta inflexión ocurrió a través de las políticas específicas de El Ladrillo (documento base de política económica del gobierno militar chileno). El objetivo general de esta investigación es analizar las acciones gubernamentales específicas del Gobierno Pinochet de 1973 a 1990. Para hacer posible el estudio, se realizó una encuesta bibliográfica sobre el neoliberalismo en Chile (MORAES, 2001; FONTAINE, 1993; FRENCH-DAVIS; STALLINGS, 2001; entre otros), un análisis documental de El Ladrillo y documentos proporcionados por la Biblioteca Nacional de Chile. El trabajo se divide en tres capítulos. El primero expone el proceso de formulación de El Ladrillo y las propuestas específicas contenidas en este documento, reformas definidas por los *Chicago Boys* para remediar las dificultades en que se encontraba el país. El segundo capítulo consiste en presentar, aunque en general, los aspectos teóricos apoyados por Milton Friedman, para tratar de establecer una relación entre las ideas del teórico estadounidense y el documento elaborado por los chilenos. Y finalmente, en el tercer capítulo, Se discute la implementación de las reformas durante el gobierno de Pinochet que se alinean con las ideas de El ladrillo. Al considerar los acontecimientos históricos presentados, se puede entender que el neoliberalismo transformó la coyuntura de Chile en términos económicos y sociales, principalmente debido a las reformas realizadas en estas dos áreas, que incluyeron, en gran parte, el límite dado tanto a la economía como al sector social, con respecto al papel del Estado.

Palabras clave: Chile. Neoliberalismo. El Ladrillo. Políticas

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	8
2	Formulação do <i>El Ladrillo</i>.....	10
2.1	Propostas do <i>El Ladrillo</i> para ações governamentais específicas.....	12
3	Milton Friedman e o Neoliberalismo no Chile.....	17
3.1	O modelo chileno: aplicação em outras nações.....	20
4	Políticas implantadas pelo Governo Pinochet.....	23
4.1	Reformas socioeconômicas no Chile – regime militar.....	30
4.2	Descontentamento social chileno.....	40
	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	42
	REFERÊNCIAS.....	44

1 INTRODUÇÃO

O fim do *Breve Século XX* foi marcado pela mudança do cenário internacional, devido aos eventos importantes que ocorreram nos anos de 1990, como exemplo: o desmoronamento do comunismo, a reunificação da Alemanha em, a desintegração da União Soviética e a expansão do capitalismo. No entanto, antes mesmo desses eventos, o início da década de 1970 é tratado como um divisor de águas, haja vista, a particularidade da história do período da Guerra Fria no que tange a crise política e econômica vivenciada no sistema internacional e suas unidades (HOBSBAWN, 1994).

Nesse mesmo contexto, em 1970, o Chile passou por profundas mudanças estruturais, do socialismo proposto pelo governo de Salvador Allende (1970-1973) que trazia a estatização dos meios de produção e uma maior participação popular (RIESCO, 2017), ao neoliberalismo implantando pelo Governo Pinochet (1973-1990), através da implantação de reformas com princípios de livre comércio e de mercado. Reformas essas estimuladas pelos economistas chilenos que haviam participado de um convênio entre a Universidade Católica do Chile e a Universidade de Chicago, nos anos 1956, no qual incluiu a participação em um curso de formação conduzido por Milton Friedman (DELENOGARE, 2016). Friedman foi um dos principais economistas do século XX, e como principal teórico da corrente monetarista ganhou o prêmio Nobel de Economia em 1976.

Os economistas chilenos que participaram desse convênio, conhecidos posteriormente como *Chicago Boys*, foram: Sergio de Castro¹, Pablo Baraona, Álvaro Bardón, Emilio Sanfuentes, Rolf Luders, Sergio de la Cuadra, Manuel Cruzat, Ernesto Silva, Cristián Larroulet, Felipe Lamarca, Ernesto Fontaine, Miguel Kast e Joaquín Lavín. A maioria deles teve papel fundamental na política econômica implantada durante o regime militar de Augusto Pinochet².

No Chile, após o curso de formação, esses estudiosos produziram um documento, denominado *El Ladrillo*, que significa “o tijolo” em português, consistia num plano econômico que se tornou a base da política econômica do governo militar chileno, teve como fundamento principal a abertura econômica, a eliminação do monopólio das empresas, reforma no sistema fiscal, modificação do sistema tributário, a geração de um novo sistema da previdência, a padronização da atividade agrícola nacional e a proteção dos direitos a propriedade (BOISIER, 2000). Ou seja, engloba um conjunto de medidas que compõem parte da proposta neoliberal que envolve um conjunto de teóricos neoliberais, dentro os mais conhecidos Friedrich Hayek, Ludwig Von Mises, do lado europeu, e Milton Friedman, do lado anglo-saxão.

O trabalho busca contribuir com a pesquisa em torno do Estado chileno, haja vista, a carência de trabalhos na academia sobre esse país que possui relevância como ator de destaque na América Latina e por se tornar nesse período, um modelo econômico para outras nações. Ademais, é um tema necessário para os estudos das Relações Internacionais, pois se trata do período de implementação de políticas neoliberais em um país da América Latina. A pesquisa tem como pergunta norteadora: como a implementação das políticas neoliberais no Chile representou uma inflexão na conjuntura econômica e social do país? O objetivo geral dessa pesquisa consiste em analisar as medidas macroeconômicas aplicadas pelo governo militar chileno (1973-

¹ Um dos editores do *El Ladrillo* e líder dos "Chicago Boys".

²Disponível em < <http://www.memoriachilena.gob.cl/602/w3-article-31415.html>>.

1990). Ciente da grande pretensão contida no objetivo, e das limitações presentes, principalmente no tocante a material disponível, este trabalho está dividido em três capítulos que expõem as políticas neoliberais por meio do *El Ladrillo* e as reformas executadas no Chile de 1973 a 1990.

O primeiro capítulo apresenta o processo de formulação do *El Ladrillo* e propostas específicas contidas neste documento, políticas definidas por economistas do Chile para sanar as dificuldades que o país enfrentava. O segundo consiste em apresentar, ainda que em linhas gerais, os aspectos teóricos sustentados por Milton Friedman, de modo a tentar estabelecer uma relação entre as ideias do teórico estadunidense e o documento elaborado pelos chilenos. E por último, no terceiro capítulo, discute-se a implementação das reformas realizadas ao longo do governo Pinochet e que se alinham às propostas contidas no documento base desta pesquisa, o *El Ladrillo*. Serão tecidas também algumas considerações sobre a atual conjuntura chilena.

As políticas macroeconômicas afetam todas as áreas da economia de um país e são compostas por três tipos (monetária, fiscal e cambial). Estas políticas repercutiram nas bases mais profundas da estrutura econômica, o que foi importante não somente porque perdurou no tempo e, em grande medida, foram seguidos em outros países, mas também porque, em termos de regulação, a prática, de alguma forma mede o progresso teórico, e isso torna o caso chileno uma questão obrigatória de estudo para pesquisadores e políticos.

2 FORMULAÇÃO DO *EL LADRILLO*.

A primeira experiência neoliberal ensaiada na América Latina foi em 1973, no Chile, durante o Governo Pinochet (MORAES, 2001, p.16). No ano de 1956, a Pontifícia Universidade Católica de Santiago do Chile e a Universidade de Chicago estabeleceram um convênio acadêmico com o propósito de selecionar estudantes como bolsistas para realizar um curso de pós-graduação em Economia, na Universidade de Chicago. O objetivo era dotar a Pontifícia Universidade Católica de professores que tivessem passado por um processo de treinamento intenso em Ciências Econômicas, qualificando-os. Tais economistas, mais tarde teriam importante papel no estabelecimento das diretrizes econômicas do Governo Pinochet (MORAES, 2001).

Como consequência desse convênio, nos anos posteriores, mais especificamente entre 1967 e 1968, foi desenvolvido e aplicado no Chile, um curso de Economia direcionado a empresários. A preferência era que fossem selecionados os mais representativos e importantes do país. Com o passar dos anos, a relação entre os *Chicago Boys* e esses empresários gerou alguns resultados, o que incluiu a elaboração de proposta por parte de um grupo de negociadores responsáveis pela campanha do candidato à Presidência, Jorge Alessandri Rodríguez, para as eleições que aconteceriam em 1970. A proposta feita ao grupo da Escola de Economia era de elaborar um programa econômico e social para o país (CASTRO, 1992).

A elaboração do programa foi dirigida por Emilio Sanfuentes Vergara³ através do Centro de Estudos Socioeconômicos (CESEC). Na parte da coordenação e direção ficaram encarregados, Sergio de Castro⁴ e Pablo Baraona⁵. Além de outros profissionais, responsáveis por outros setores. Os fundamentos do programa tinham como ponto de partida a abertura econômica, a eliminação do monopólio das empresas, liberação do sistema de preços, a modificação do sistema tributário, a criação e formação de um mercado de capitais, a geração de um novo sistema da previdência, padronização da atividade agrícola nacional e a proteção dos direitos a propriedade, para citar os principais.

No primeiro momento, a proposta foi submetida ao candidato à Presidência na época, Jorge Alessandri Rodríguez. Os candidatos à eleição para o Cargo de Presidência do Estado chileno foram: Salvador Allende, Radomiro Tomic e Jorge Alessandri. O resultado não foi como esperado para os grupos engajados na eleição de Alessandri, pois, no dia 4 de setembro de 1970, Salvador Allende Gossens foi eleito ao mais alto cargo nacional.

Com três anos de governo de Allende, o Chile passou por diversas reformas (MARTINS, 2016, p. 14). O presidente chileno levou adiante um programa de mudanças contra os monopólios, as oligarquias, bem como contra o imperialismo. Algumas das medidas adotadas foram: a expropriação de fábricas, a nacionalização dos

³ Sociólogo chileno com pós-doutorado em Economia pela Universidade de Chicago.

⁴ Economista chileno, conhecido por ser um dos *Chicago Boys*. Foi Ministro da Fazenda e da Economia no governo de Augusto Pinochet.

⁵ Economista chileno, considerado um dos impulsionadores do Neoliberalismo no Chile. Recebeu diploma de Mestrado em Economia pela Universidade de Chicago, em 1961.

recursos naturais e a Reforma Agrária. Essas reformas causaram uma reação das classes mais dominantes da sociedade chilena e geraram problemas econômicos.

O grupo que havia formulado o programa socioeconômico, em 1969 volta a se reunir, principalmente na Escola de Economia da Universidade Católica, dessa vez, com um maior número de membros permanentes, impulsionados a criar um programa de desenvolvimento econômico. O objetivo compartilhado era elevar o país da situação econômica que a população chilena vivia, em sua maior parte vinha da pobreza generalizada do governo da Unidade Popular, partido do então presidente, Salvador Allende (1970-1973).

Em 1973, a instituição chave para a participação dos “Chicago boys” no governo militar foi a *Oficina de Planificación Nacional* (ODEPLAN), onde foi elaborado um documento que ficou conhecido como *El Ladrillo*, documento que continha um esboço das propostas do grupo para a economia chilena. Foi através desse documento que a equipe econômica do governo militar teve o primeiro contato com as ideias do grupo, que acabaram sendo adotadas como solução para os desequilíbrios econômicos herdados do governo Allende (SOARES, 2009).

O modelo proposto de uma economia social de mercado representava, para aquele grupo de economistas, a possibilidade do Chile sair do subdesenvolvimento. Nesse contexto, o regime militar trouxe consigo uma ruptura no comportamento fiscal do governo chileno, como consequência das mudanças institucionais aplicadas, ao propor mudanças na diminuição e da participação do Estado, principalmente na Economia (ARAÚJO, 2011). Os ideais do *El Ladrillo* foram implementados com o intento de transformar a conjuntura econômica e resolver a crise do país, como foi o caso da inflação que chegou a 600%, (FRENCH-DAVIS; STALLINGS, 2001). Adicionado a isso, visavam também propor reformas que possibilitassem um desenvolvimento econômico acelerado em todas as esferas, de maneira integral (CASTRO, 1992).

O objetivo do *El Ladrillo*, para Castro (1992), era apresentar uma análise que descrevesse as políticas econômicas que o Chile deveria tomar para sanar os problemas econômicos e sociais do país, tendo em vista, os problemas mais sobressalientes da economia chilena, como (i) baixa taxa de crescimento; (ii) estatismo exagerado; (iii) escassez de empregos produtivos; (iv) inflação; (v) atraso agrícola; (vi) extrema pobreza em importantes setores da população. Esses fatores geraram uma série de reações e efeitos negativos que estava ligado aos gastos sociais e um déficit crescente em recursos fiscais que o governo tentou resolver por meio da emissão monetária fiscal. Isso gerou um processo inflacionário agravado por graves problemas de oferta. Junto a isso vieram reações que partiram principalmente da oposição do Partido Nacional⁶ e do Partido da Democracia Cristiana⁷, este último que a princípio apoiou a eleição de Salvador Allende e seu programa governamental, bem como, a rejeição de sindicatos de médicos, varejistas, caminhoneiros e mineiros (MEMÓRIA CHILENA, 2018).

As metas do programa na formulação dos economistas chilenos continham uma ruptura com o cenário deixado pelo governo de Allende, cujo Estado possuía um papel chave na economia tanto em aspectos regulatórios quanto na área produtiva (SOARES, 2009). Essa ruptura começou com a realização de mudanças em diversas áreas da economia, como: Política de Descentralização, Política de Comércio Exterior, Política

⁶ O Partido Nacional (PN) surgiu da fusão dos partidos Liberal, Conservadores Unidos e Ação Nacional.

⁷ O Partido da Democracia Cristiana (PDC) teve uma posição de centro democrático e reformista, geralmente formando alianças políticas com o centro-esquerda.

de Preços, Política Monetária e Fiscal, Política Tributária, Política Previdenciária, etc. (CASTRO, 1992).

Apresentado como se deu o processo de construção do *El Ladrillo* e o seu principal objetivo, cabe agora expor quais as propostas definidas pelo documento e seu direcionamento de como deveria executá-las por meio de políticas específicas na conjuntura social e econômica do Estado chileno.

2.1. Propostas do *El Ladrillo* para ações governamentais específicas.

Com o foco em traçar medidas a ser implementadas no Chile, o *El Ladrillo* propõe de forma objetiva quais políticas econômicas deveriam ser aplicadas e como poderia ser feita essa aplicação. Em aspectos gerais, apresenta a necessidade de uma desvinculação da atividade direta do Estado, *o grande leviatã*, nas mais variadas áreas da vida nacional. Além de uma descentralização, sugere reformas nos sistemas de previdência, diminuição do controle de preços por parte do Estado, manutenção da taxa de câmbio, alteração no imposto de renda e outros aspectos que serão detalhados em cada uma dessas políticas.

As ações governamentais propostas constituem em primeiro lugar, argumentos a favor da descentralização em termos da teoria econômica, ou seja, a descentralização como sendo uma estrutura institucional de um sistema econômico baseado no mercado (BOISIER, 2000). Como descrito por Castro (1992), a política de descentralização proposta pelo *El Ladrillo* não tende ao monopólio da gestão de unidades produtivas, distributivas ou financeiras, pelo contrário, em consonância com a proposta neoliberal, ambos os setores precisam ser submetidos à concorrência para que se ajustem aos interesses e demandas do mercado, que se autocorrigem.

Para o campo das ciências econômicas, a descentralização é visualizada como transferência de responsabilidades das atividades econômicas públicas para o setor privado (PENFOLD-BECERRA, 1998, *apud* GUIMARÃES, 2002). Este modelo busca sanar as ineficiências da utilização de recursos que conseqüentemente produzem baixa taxa de crescimento, o que é possível através da economia de mercado por gerar efeito oposto quando se aumenta o padrão de qualidade e quantidade de serviços para a população ao utilizar recursos produtivos de forma eficiente.

Sobre a questão da descentralização vale assinalar o que Smith (1985) abordou em seus estudos, que a descentralização é uma demanda universal, no sentido da organização territorial do poder do Estado, e esse mecanismo de redução das funções básicas e indispensáveis do Estado pode ser aplicado em qualquer momento e por distintas instituições, ao ser entendida como uma condição necessária para o desenvolvimento social, econômico e político dos Estados Modernos (SMITH, 1985 *apud* GUIMARÃES, 2002).

A política de descentralização do *El Ladrillo* está focada principalmente, em esclarecer as funções básicas do Estado Moderno, em termos econômicos e sociais, e numa efetiva condução da utilização dos recursos escassos. Ao considerar o fato de que neste modelo descentralizado, as unidades econômicas são gerenciadas de maneira autônoma, desvinculada de uma autoridade central. A proposta é que as unidades produtivas sejam independentes e competitivas, o que permite valer-se de vantagens do sistema de mercado. Todo o funcionamento do mercado, sua abertura comercial externa, bem como o estabelecimento de políticas globais, produz alto dinamismo e rápido crescimento. Ademais, existe a possibilidade de ordenar a economia em termos

descentralizados, ou seja, por meio de empresas privadas, cooperativas, empresas auto gerenciáveis, entre outros meios de ordenamento (CASTRO, 1992, p.57).

O documento *El Ladrillo* contém, dentre outras questões, as seguintes propostas (CASTRO, 1992, p. 73-137):

Na Política de Comércio Exterior – o *El Ladrillo* propunha: a aplicação de algumas diretrizes como: elevação da taxa de câmbio a um nível real o que equilibraria a Balança de Pagamentos em médio prazo e traria incentivos às exportações gerais e especialmente à agricultura e mineração; manter a taxa de câmbio em termos reais através do tempo, tendo em vista que a manutenção da taxa de câmbio em termos reais é essencial para alcançar uma alta transferência de recursos para as indústrias de exportação. Para distinguir entre essas flutuações de curto prazo e flutuações mais permanentes, devido a mudanças nas variáveis reais da economia, seria necessário estabelecer uma política de reserva que indicasse a necessidade de desvalorizar (essas desvalorizações são adicionais àquelas produzidas pela inflação); reduzir as tarifas, o objetivo seria obter uma taxa única de cerca de 30%. Essa taxa seria a mesma para os produtos finais e as matérias-primas. É importante que a taxa seja a mesma para todos os tipos de bens, assim como a tarifa efetiva (taxa que mede a proteção do valor agregado pelos diferentes processos de produção) também é a mesma para todos os processos de produção, no entanto, o *El Ladrillo* indica que a taxa efetiva ideal é 0% porque não discrimina em favor de qualquer tipo de atividade econômica, uma tarifa similar igual a um valor próximo a 30% foi proposto porque permite um grau razoável de proteção para a substituição de importação; outra diretriz para o comércio exterior seria a abolição das proibições de importação.

Na Política de Preços – a proposta voltava-se a dar importância aos preços como orientador dos recursos produtivos. Nesse sentido, os recursos produtivos e os preços estão correlacionados. A proposta do *El Ladrillo* para a política de preços está interligada às novas políticas de comércio exterior e são três, i) concessão de liberdade completa de preços em todas as atividades em que existe um nível razoável de concorrência interna e/ ou externa; ii) estabelecimento de um controle de preço eficiente em todas as atividades em que existem monopólios e oligopólios não sujeitas à concorrência externa; iii) incentivo à lei antimonopólios. O que respectivamente significa, de acordo com a percepção dos economistas chilenos, que a partir das medidas de comércio exterior que seriam adotadas, permitiam que o país gozasse de liberdade de preços; o controle de preços poderia ser efetivado em serviços em geral, a exemplo de telefonia, energia, água, gás, locomoção, etc. Essas atividades controladas devem estimular a eficiência criando mecanismos que permitam o aumento da produtividade a ser compartilhado entre os consumidores e o monopólio e seus trabalhadores; já a lei antimonopólio buscaria inicialmente efetuar medidas severas em alguns casos de monopólios, realizando ações que levem à separação da empresa em várias unidades competitivas.

Na Política Monetária e Fiscal - a proposta objetivava manter um nível estável de preços, visualizando o pleno emprego dos recursos produtivos e uma alta taxa de desenvolvimento econômico. Ao considerar que só é possível um nível de estabilidade de preços quando se tem uma boa política monetária, esta que permita transações de bens e serviços de forma maleável, de acordo com os preços vigentes no período de implementação. Os efeitos de uma política monetária restrita geram deficiências de demanda que levam a uma queda nos preços, devido à diminuição do montante para as transações dos bens e serviços que constituem o Produto Nacional.

Deficiências na demanda, preços baixos. Excesso de demanda, preços altos. O que se pensa é que a política monetária representa uma problemática em relação ao equilíbrio entre a deflação e inflação. Pois a maior busca que se tem é o meio termo entre ambos os fatores. Produzir um pleno emprego e estabilizar os preços no mercado.

Baixa renda, desnutrição, analfabetismo, desempregos, marginalização cultural são alguns antecedentes que levam uma população a uma situação de extrema pobreza. Os economistas chilenos puderam observar esses fatores na sociedade após o governo da Unidade Popular de Salvador Allende. Esse problema advém, segundo eles de falhas na distribuição de renda, fundamentado no controle de preços e nos reajustes remunerados, gerando inflação e afetando a classe menos favorecida.

A desigualdade distributiva do capital humano: nível de educação e cultura, saúde e nutrição, integração social que cada pessoa possui é um obstáculo, por serem limitados e possuir pouca produtividade. Para que os obstáculos sejam solucionados, é vital investimentos em alta qualificação técnica ou acadêmica aos grupos que não tem nenhum acesso ou pouco acesso a esses serviços. O que produz uma acentuada reforma administrativa dos setores mais centralizados e ineficientes.

Na Política Tributária – as reformas propostas estavam fundamentadas em alterar o imposto sobre compra e vendas para um imposto sobre valor agregado (IVA) do qual poderia gerar a mesma receita fiscal. Ou seja, um imposto que se autorregula com índice inflacionário por depender da quantidade de vendas. Outras medidas importantes para esta política seria a utilização de mecanismos de fiscalização para que haja o cumprimento das obrigações tributárias e o estabelecimento de sanções aos que não cumpram.

Em termos gerais, foi proposto que a nova política tributária deveria racionalizar a legislação existente, para acabar com numerosas leis especiais, abolir o sistema de concessão de franquias altas, suprimir impostos de baixo rendimento que envolve sistemas administrativos complexos e eliminar leis que criam impostos especiais para fins específicos e de pouco interesse geral. É interessante assinalar que o *El Ladrillo* explicita que para alcançar os objetivos almejados, a política tributária deve ser coordenada com as demais políticas gerais de forma a cooperar com elas, uma política chave neste sentido, é a política de comércio exterior, pois pode ser criados impostos a consumo específico de determinados bens e serviços finais.

Para a previdência e seguridade social – o *El Ladrillo* propunha que o novo sistema previdenciário se constituiria de dois subsistemas: um de natureza estatal, financiado pelo sistema tributário, que estabeleceria uma previsão mínima igual para todos os chilenos com mais de 65 anos e que tivessem trabalhado um número mínimo de anos (25 ou 30); e outro, que seria baseado em um sistema de poupança no qual poderia ser depositado mensalmente em uma instituição especializada, de acordo com um mecanismo contratual de administração delegada desses fundos, que poderia ser cobrado na forma de anuidade vitalícia somente quando atingido a idade da aposentadoria. A entidade administradora dessas economias teria a obrigação de investilas de modo a garantir que elas manteriam seu valor real ao longo do tempo (reajuste) e que elas renderiam juros. Esse sistema é semelhante ao proposto pelo Governo Bolsonaro, por meio do Ministro da Economia Paulo Guedes, um dos mais famosos *Chicago Boys* da atualidade.

Esse novo sistema foi concebido em termos de organização semelhante à existente atualmente para as Associações de Poupança e Empréstimo, ou seja, entidades autônomas, administradas por representantes dos poupadores e com uma Unidade

Central de Coordenação que poderia, eventualmente, conceder apoio e segurança financeira para o resto das entidades.

Essas novas entidades, que para diferenciá-las das atuais "caixas" denominadas de Fundos de Pensão, teriam como objetivo administrar a poupança de seus depositantes, investindo-os em títulos indexados do mercado de capitais que seriam criados ou em ações cujo retorno seja equivalente ao retorno de um valor reajustável; Os benefícios que os Fundos concedem seriam contratuais ou não poderiam ser recebidos se os requisitos mínimos de idade e número de anos trabalhados não fossem cumpridos.

Reforma ao Sistema de Seguridade Social – essa reforma se daria nas três áreas que são elementares da seguridade social como saúde, assistência social e o sistema de previdência e seguros. Sobre o sistema de saúde propõe uma maior participação e o controle da base social sobre o sistema hospitalar, ou seja, a administração descentralizada de hospitais deveria contar, com a participação dos usuários e da comunidade; e nesse mesmo aspecto, os serviços deveriam ser pagos pelos usuários, exceto nos casos em que o subsídio for justificado, quando seria pago pelo Estado.

Assim, o Governo facilitaria a formação de novas entidades autônomas constituídas para prestar serviços médicos ao descentralizar toda a atividade médica no Sistema Nacional de Saúde. Em relação à assistência social provê o atendimento das necessidades básicas, traduzidas em proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência, à velhice e à pessoa portadora de deficiência, independentemente de contribuição à Seguridade Social, nesse ponto busca-se modificar o sistema atual no estabelecimento de um valor único para o abono de família, eliminando diferenças entre empregados e operários; bem como estabelecer tetos a serem cobradas conforme o nível de renda aumenta; por último, a respeito do sistema de aposentadoria e seguros, seria necessária a criação de um sistema eficiente; segundo, o ajuste entre a aplicação do novo sistema e a situação dos atuais pensionistas; e terceiro, a transferência de recursos e reconhecimento de anos de serviço ao novo sistema.

Política de Redistribuição de Renda – o documento *El Ladrillo*, apresenta que as políticas específicas para uma melhoria da distribuição de renda se dão por meio de um melhor funcionamento do Mercado; erradicação da pobreza, tendo em vista que a fonte mais importante de desigualdade na sociedade chilena naquele período (1970-1973) era a distribuição desigual do *capital humano*: nível de educação e cultura, treinamento e integração social, saúde e nutrição que cada pessoa possui. Portanto, dentro da política geral de redistribuição de renda, a erradicação da pobreza extrema era essencial. Assim, definiu-se que a solução desse problema deveria se basear em: (i) investimentos que oferecem esses serviços aos grupos que têm menos acesso a eles; (ii) melhoria da eficiência e amplitude de alguns serviços específicos de consumo coletivo, como justiça, mobilização coletiva, vigilância, etc.; (iii) o estabelecimento de um sistema de seguro-desemprego que opere de forma rápida e automática como subsídio de desemprego, este seria financiado pelo empregador seja empresas estatais, públicas ou privadas e que consistiria em pagamento de um mês de remuneração por cada ano de serviço do beneficiário; (iv) subsídios diretos em dinheiro por parte do Estado, definido no documento como o sistema mais eficiente de redistribuição de renda em favor dos mais pobres; e, (v) por último, por meio do sistema tributário que seria utilizado para evitar a concentração excessiva de riqueza e renda.

Nesta seção foi possível apresentar, ainda que em linhas gerais com base no documento produzido, grande parte das políticas propostas pelos economistas chilenos

por meio do *El Ladrillo* e como essas medidas poderiam ser executadas para sanar e reestruturar o Chile. O segundo capítulo tem como finalidade apresentar aspectos teóricos sustentados por Milton Friedman, de modo a tentar estabelecer uma relação entre as ideias do teórico estadunidense e o documento elaborado pelos chilenos.

3 MILTON FRIEDMAN E O NEOLIBERALISMO NO CHILE

O termo neoliberalismo foi intitulado em uma reunião realizada em Paris em 1938. Entre os delegados estavam Ludwig Hienrich Edler von Mises⁸ e Friedrich Von Hayek⁹. Ambos, judeus exilados da Áustria em um período de expansão do nazismo na Europa, viram a social democracia exemplificada pelo *New Deal* de Franklin Roosevelt que se baseou no uso intensivo de mão-de-obra e bloqueou um sistema de previdência social universalista e se opôs a outros projetos de bem-estar social (ANDERSEN, 1991); e o desenvolvimento gradual do *Welfare State* da Grã-Bretanha, termo utilizado para referir-se ao Estado assistencialista que garante padrões mínimos de saúde, seguridade, educação, renda, habitação a todos os cidadãos (MONBIOT, 2016).

Em 1947, quando Hayek fundou a Sociedade Mont Pèlerin¹⁰, na Suíça, primeira organização que difundiria a doutrina do neoliberalismo, foi apoiada por uma espécie de “internacionalismo neoliberal”: uma rede transatlântica de acadêmicos, empresários, jornalistas e ativistas, entre eles professores da Universidade de Chicago como Milton Friedman e Frank Hyneman Knight¹¹. Os patrocinadores da sociedade Mont Pèlerin financiaram vários think tanks¹², que promoveriam a ideologia neoliberal (JONES, 2012).

É importante ressaltar que Naomi Klein, importante intelectual de esquerda dos EUA e uma das maiores críticas das propostas elaboradas por Milton Friedman, afirma que, por mais de três décadas tanto Friedman, quanto seus seguidores basearam-se e dedicaram-se à estratégia de aguardar uma grave econômica, para só então, programar reformas que se tornariam mudanças estruturais permanentes. Para deixar mais clara a posição que o neoliberalismo conquistou, cabe assinalar o que Friedman tinha como pensamento sobre isso, que era basicamente: ao acontecerem as crises, as ações tomadas dependem das ideias que estão à disposição, ou seja, era necessário formular políticas alternativas as já existentes, manter as mesmas em evidência bem como acessíveis até que o não esperado politicamente se torne inevitável (KLEIN, 2007, p.16). Foi o que ocorreu com as políticas Keynesianas.

A macroeconomia Keynesiana (em referência ao economista britânico John Maynard Keynes) e a teoria econômica do desenvolvimento foram dominantes no pós-segunda guerra. No entanto, nos anos 1970 a perda de dinamismo das economias desenvolvidas, a queda das taxas de lucro e a estagnação deram a oportunidade para que o neoliberalismo formulasse sua defesa contra o Estado social, como também argumentos para que a teoria neoclássica recuperasse seu papel de *mainstream* (BRESSER-PEREIRA, 2009).

Como afirma Pierre Dardot e Christian Laval (2016) no livro *Nova Razão do Mundo – Ensaio Sobre a Sociedade Neoliberal*:

⁸ Economista teórico judeu de nacionalidade austríaca e membro da Escola Austríaca de pensamento econômico.

⁹ Economista e filósofo austríaco, posteriormente naturalizado britânico. É considerado um dos maiores representantes da Escola Austríaca de pensamento econômico.

¹⁰ Pregava "a redefinição das funções do Estado a fim de distinguir mais claramente a ordem totalitária e a liberal".

¹¹ Economista americano, um dos fundadores da Escola de Chicago. Os vencedores do Nobel como Milton Friedman, George Stigler e James M. Buchanan foram todos estudantes de Knight em Chicago.

¹² Em geral, são institutos privados de pesquisa e debate sobre teoria econômica e políticas públicas como o Council on Foreign Relations, o Liberty Fund, a Tinker Foundation, o Atlas Economic Research Foundation e o Center for International Private Enterprise. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092004000100009#nt06>.

A política conservadora e neoliberal pareceu, sobretudo, constituir uma resposta política à crise econômica e social do regime “fordista” de acumulação de capital. Esses governos conservadores questionaram profundamente a regulação keynesiana macroeconômica, a propriedade pública das empresas, o sistema fiscal progressivo, a proteção social, o enquadramento do setor privado por regulamentações estritas, especialmente em matéria de direito trabalhista e representação de assalariados. A política de demanda destinada a sustentar o crescimento e realizar o pleno emprego foi o principal alvo desses governos, para os quais a inflação se tornou o problema prioritário (DARDOT E LAVAL, 2016).

O neoliberalismo toma a direção e começa a recuperar seu papel de influência, sobretudo, tenta se firmar através da sua ênfase na ideia de liberdade individual. O neoliberalismo conseguiu articular um conjunto variado de interesses, de discursos, de agendas no seio da sociedade civil, que estavam submergidos no compromisso de classe do pós-guerra, as políticas neoliberais foram adotadas tanto pelos partidos políticos da direita como da esquerda a exemplo de Nova Zelândia, em especial, no período em os países foram confrontados com a acumulação das dívidas externas e a inflação galopante decorrente da aplicação das políticas econômicas Keynesianas. (ROBERTSON, 2007).

No livro *a Era dos Extremos- O breve século XX, 1914-1991*. O historiador Eric Hobsbawm (1994), afirmava que a alternativa econômica apresentada pelos teólogos econômicos ultraliberais em conjunto com as falhas ou fracasso da economia mista do keynesianismo, deu lugar aos neoliberais, principalmente, após 1973. Sobretudo, depois do Prêmio Nobel de Economia ser entregue a um defensor do neoliberalismo econômico, Milton Friedman. Em 1974, a ideia do livre mercado já era significativa, no entanto, só vieram a dominar as políticas de diversos países na década de 1980¹³, exceto o Chile em 1973, onde depois da derrubada de Salvador Allende, foi instaurada uma economia de livre mercado (HOBSBAWM, 1994, p.398).

É importante assinalar que há teoricamente, tipificações do neoliberalismo as quais são conhecidas como: Escola Austríaca; Escola Virginiana; e Escola de Chicago; A primeira dessas acredita que o conhecimento nunca será suficiente para conjecturar sobre os resultados da ação, ou seja, prega que o naturalismo do mercado não é previsível. A Escola Virginiana, por sua vez, tem como seu representante Buchanan, este se denomina um racionalista construtivista e contratualista. Consiste em um liberal individualista moderado. Elaborou uma crítica sociológica ao Estado de bem-estar, argumentando que os funcionários públicos, considerados como os pressupostos do mercado, buscam somente seus interesses, não reivindicando o bem-estar da maioria da população. Em razão disso, os representantes dessa escola sugerem regras, de como criar instituições que correspondam ao interesse dos grupos de indivíduos (TOLEDO, 1995, p. 77 *apud* OLIVEIRA; STRASSBURG; SILVA, 2012).

Em terceiro lugar, ainda de acordo com Toledo (1995) a Escola de Chicago é definida epistemologicamente como positivista. Tem como maior representante, Milton Friedman, e considera que, excetuando-se a matemática e a lógica, a linguagem da ciência deve ser observacional, separando os fatos e os valores. Neste sentido, "os fatos brutos seriam definidores da verdade, e as leis, generalizações da experiência". Friedman foi um dos quais buscou expor ao máximo uma ciência legítima e prática através de dois pontos: modelos matemáticos de crescimento, que indicam que os mercados são intrinsecamente eficientes, e essa eficiência, não depende do Estado,

¹³ Ver a seguir “O modelo chileno: aplicação em outras nações.”.

tampouco das decisões dos administradores financeiros; e através de modelos macroeconômicos também matemáticos baseados nas expectativas racionais (BRESSER-PEREIRA, 2009, p.17).

Assim, há a definição do paradigma para a ciência econômica, a adoção de padrões instrumentalistas e a fundamentação de uma ciência normativa em relação ao mercado livre, governo e monetarismo. Uma característica importante a destacar sobre o economista da Escola de Chicago é: sacerdote e pregador. Nesse sentido, o grupo de economistas chilenos foi visto como uma equipe secular de missionários científicos que retornariam a seu país para difundir ciência e comportamento racional no ensino, nos métodos de pesquisa, na assessoria econômica, nos negócios, e nos processos decisórios governamentais (VALDÉS, 1995 *apud* MORAES, 1995, p.150).

A respeito de Milton Friedman e seus ideais, Krugman (2008) defende que o movimento que ocorreu em direção às políticas liberais no início dos anos 1970 poderia ter acontecido mesmo se Milton Friedman não existisse. No entanto, reconhece sua campanha eficaz em favor dos mercados livres, que ao longo dos anos ajudou a acelerar o processo, tanto nos Estados Unidos, tendo como ponto de partida a Escola de Chicago, quanto no mundo todo. Seja no -protecionismo contra o livre comércio; na regulação *versus* liberalização da economia; nos salários estabelecidos por acordo coletivo e salários mínimos obrigatórios contra salários estabelecidos pelo mercado. Em todos esses pontos, para Krugman - o mundo avançou na mesma direção que Friedman.

A estabilidade de preços como objeto da política monetária foi o ponto inicial da propagação dos pensamentos de Milton Friedman. Para o economista, a inflação crônica existente nas economias nacionais era produzida a partir da difusão do uso do papel moeda, nesse sentido, a inflação, ocorreria nas situações em que a quantidade moeda impressa fosse maior do que a produção, assim, quanto maior o aumento da quantidade de moeda por unidade de produção, mais alta a taxa de inflação (BORGES, 2010).

Como um dos economistas mais influentes de todo o globo, Milton Friedman teve suas ideias cada vez mais implementadas pelos países. Esses pensamentos estão presentes principalmente em *Defesa das taxas flexíveis de câmbio* (1950) que guiou a transição de um sistema de taxas fixas construído no pós-guerra ao sistema global de taxas flexíveis de câmbio; outra importante literatura é *A metodologia da ciência econômica* (1953), a qual mostrou a diferença entre a ciência econômica e a economia política. *O papel da política monetária* (1968) na atividade econômica, na inflação e na taxa de desemprego, controle de inflação e crescimento econômico (GUEDES, 2006).

Líder da *Chicago School of monetary economics*, Friedman reavivou o interesse pela teoria quantitativa da moeda, que salienta a importância da quantidade de dinheiro como um instrumento de política governamental e como determinante dos ciclos econômicos e da inflação. Seus ideais sobre as políticas monetária e fiscal, sobre a privatização e a desregulamentação, tiveram uma profunda influência sobre a política do governo na década de 1980. Ao longo de sua vida, seu trabalho foi caracterizado por um desejo de simplicidade e pela crença de que, em geral, os indivíduos podem determinar melhor o que é bom para eles (RACHEWSKY, 2017).

Por outro lado, James Tobin¹⁴, professor da Universidade de Yale, era um dos maiores críticos às teorias de Friedman. Defendia a intervenção governamental nas economias nacionais. Ademais, criticava o monetarismo e as teorias econômicas

¹⁴ Recebeu o Prêmio de Ciência Econômica em 1981.

defendidas pela Escola de Chicago. Afirmava que os modelos matemáticos de Friedman, sobre a produção e o consumo eram dados por hipótese. Para ele, os chamados “economistas” são convertidos em operadores de planilhas que, conforme a crise econômica capitalista tem se aprofundado, têm se tornado especialistas em manipulação desses dados. Para Tobin e outros críticos, Friedman omitia os gastos intermediários entre os vários estágios da produção, ou seja, afirmava que o economista bem como, a Escola de Chicago, desconsideravam um dos mais importantes elementos do ciclo de produção, ao utilizar apenas dados do PNB como objetos de análise (BARBOSA, 2011).

Milton Friedman em seu livro *A monetary and fiscal framework for economic stability* (1948), relaciona a política fiscal à política de estabilização, como afirma Lopreato (2013):

O governo atuaria com dois orçamentos: o ideal, equilibrado, supondo as condições de renda e estabilidade esperadas; e o real, refletindo o quadro econômico do momento, responsável por regular o volume da oferta de moeda e garantir a política de estabilização. O sistema tributário e os gastos públicos teriam de ser estruturados de modo a sustentar o orçamento equilibrado, incluindo as transferências, nos períodos em que a economia estivesse no nível esperado de renda e emprego, evitando, assim, alterações na quantidade de moeda. Quando não se verifica se o nível hipotético de renda e emprego, as transferências governamentais cresceriam automaticamente, em resposta ao aumento do desemprego, alterando o resultado fiscal e gerando déficits responsáveis por ampliar o volume de moeda que, por sua vez, teria implicações sobre a renda nominal (LOPREATO, 2013).

As liberdades individuais para (FRIEDMAN, 1988, p.33 *apud* SOUZA; LARA, 2012. p.06) só poderão ser atendidas e reguladas por um sistema de mercado, nesse sentido, se discute o papel do capitalismo competitivo, ou seja, de organizações privadas, operando e movimentando um mercado livre. Milton Friedman, por meio das suas obras posiciona-se de maneira contrária a qualquer organização coletiva, ademais critica a tendência ao coletivismo por acreditar que essas destroem a liberdade dos sujeitos. Nos seus escritos, o intelectual emprega o termo governo, ao invés de Estado, para ele o governo pode ter um mínimo de controle e poder, mas que não seja interventor e nem planejador do mercado e da sociedade. O papel do governo é o de realizar aquilo que o mercado não consegue fazer, ou seja, “[...] determinar, arbitrar e por em vigor as regras do jogo” (FRIEDMAN, 1988, p.33 *apud* SOUZA; LARA, 2012. p.06). O objetivo da intervenção do governo na sociedade segundo Friedman (1988) era dar uma contribuição e evitar a estagnação, no intuito de manter o equilíbrio econômico.

Apresentado os aspectos teóricos sustentados por Milton Friedman, e sua relação com os ideais do *El Ladrillo*. Cabe dissertar quais impactos, o modelo chileno e suas reformas refletiram em outras nações no mesmo período.

3.1. O modelo chileno: aplicação em outras nações.

A experiência chilena iniciada em 1973 *sui generis* conquistou o interesse de conselheiros britânicos importantes para Thatcher, e que sempre existiram excelentes relações entre os dois regimes nos anos de 1980. Se o Chile, nesse sentido, foi a experiência piloto para o novo neoliberalismo dos países avançados do Ocidente, assim também impulsionou a América Latina na experiência neoliberal, como foi o caso da

Bolívia, onde, em 1985, Jeffrey Sachs aperfeiçoa as políticas com base no que ocorreu no Chile, com o fim de diminuir a hiperinflação do país (SADER; GENTILI, 1995 *apud* ANDERSON, 1996).

Tudo isso foi começado no Chile, quase um decênio antes de Thatcher, no Reino Unido. No Chile, naturalmente, a inspiração teórica da experiência pinochetista era mais norte-americana do que austríaca. Friedman, e não Hayek, como era de se esperar nas Américas. No entanto, antes mesmo de Margaret Thatcher se tornar primeira-ministra do Reino Unido ou Ronald Reagan ter sido eleito presidente dos Estados Unidos, o Chile programou uma série de privatização sem precedentes e outras reformas¹⁵ semelhantes às quais foram aplicados nos Estados Unidos e Reino Unido (BUC, 2006).

É importante ressaltar que no contexto dos anos 1980, as políticas neoliberais começaram suas aplicações nos países em desenvolvimento, na América Latina e na África subsaariana, por meio de programas de ajustamento estrutural do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial (BM). Similarmente no mundo desenvolvido, as políticas neoliberais foram abraçadas pelos partidos políticos da direita e da esquerda como na Nova Zelândia e Austrália, quando os países estavam em recessão em razão das consequências das políticas econômicas Keynesianas. (ROBERTSON, 2007, p.19).

Para Robertson (2007) o neoliberalismo encontrou um caminho suficientemente amplo e apelativo, sobretudo através da sua ênfase na ideia de liberdade individual, para se afirmar..

En 1974, empezó en Chile un proceso de privatización de empresas estatales, proceso que no ha terminado. Es el primero en el mundo de esa envergadura; empezó aun antes que las privatizaciones inglesas. Fue novedoso, profundo, llamativo, sorprendente, aunque no estuvo exento de tropiezos y defectos. Sin embargo, en muchos aspectos ha resultado muy exitoso, de manera tal que ha sido analizado profusamente e imitado por varios países de todas las latitudes del globo. Muchos son los chilenos que han participado como actores y consultores en las privatizaciones tanto en países latinoamericanos como en economías emergentes de Europa Central, Rusia y sus ex satélites, y también en países industrializados (HACHETTE, 2000, p.112).

De acordo com Hachette (2000), portanto, o processo do Chile principalmente nas questões das privatizações em larga escala representou um feito inédito, ao iniciar antes mesmo do processo inglês. A replicação dessas políticas foi feita, ainda segundo Hachette (2000), em diversos países do mundo. Além do fato de que os próprios chilenos foram chamados para fazer parte como consultores e analistas em países latinos, bem como em economias emergentes da Europa Central, Rússia, países desenvolvidos, entre outros.

Em relação aos causadores das recessões em todos esses países, Hayek tinha a ideia de que essas advinham do excesso de poder cedido aos sindicatos sem que houvesse algum tipo de efetividade do movimento operário. Nesse sentido, para os neoliberais esse setor havia danificado as bases de acumulação capitalista com suas pressões reivindicativas sobre os salários e com sua pressão parasitária para que o Estado aumentasse cada vez mais os gastos sociais. Esses dois processos destruíram os níveis necessários de lucros das empresas e desencadearam processos inflacionários que certamente provocariam uma crise generalizada das economias de mercado (SADER; GENTILI, 1995 *apud* ANDERSON, 1996).

¹⁵ Serão expostas no capítulo III.

A solução era manter um Estado forte, com uma capacidade de minorar o poder dos sindicatos e no controle do dinheiro, mas por outro lado poupando em todos os gastos sociais e nas intervenções econômicas. Para uma estabilidade monetária seria necessária uma disciplina orçamentária, com a contenção dos gastos com bem-estar, e a restauração da taxa “natural” de desemprego, ou seja, a criação de uma reserva de trabalho para quebrar os sindicatos. Foram necessárias reformas fiscais para o incentivo dos agentes econômicos (SADER; GENTILI, 1995 *apud* ANDERSON, 1996, p. 2).

David Harvey (2005), no livro *Breve História do Neoliberalismo*, argumenta que: “future historians may well look upon the years 1978-80 as a revolutionary turning point in the world’s social and economic history”. Quatro acontecimentos significativos atuaram como epicentros no desenrolar da transformação da ordem do período pós guerra: em 1978, Deng Xiaoping deu os primeiros passos no sentido da liberalização da economia chinesa; em 1979, Paul Volcker assumiu a liderança da Reserva Federal dos EUA e alterou a política monetária; nesse mesmo ano, Margaret Thatcher assumiu o poder dos sindicatos e prometeu terminar com a estagnação inflacionária; em 1980, Ronald Reagan foi eleito presidente dos EUA e, através das políticas de Volcker, conseguiu implementar um conjunto de reformas no sentido de limitar o poder sindical, desregular a indústria, conseguindo, desse modo, criar condições para o sector financeiro operar com maior liberdade e mais poder a nível nacional e global (ROBERTSON, 2007, p.14).

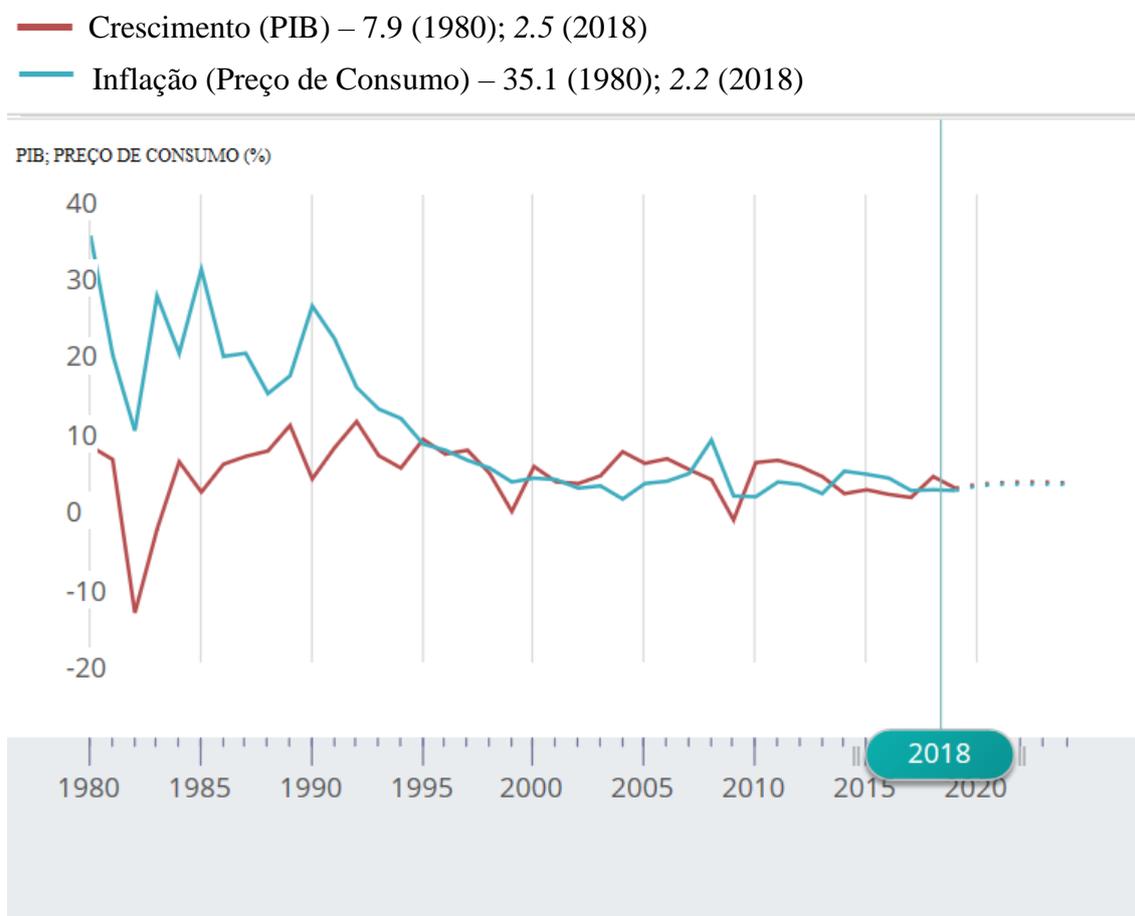
O FMI e outros organismos financeiros recomendaram o exemplo do Chile como um modelo para o resto da América Latina. O caso do Chile, como defendido por (VALDÉS, 1995 *apud* MORAES, 1995) é estratégico. Por ter se tornado um modelo para entender outras experiências neoliberais na América Latina, bem como a desregulamentação e privatização impostas por governos conservadores na Grã-Bretanha e nos Estado Unidos, ou até mesmo como se deu a liberalização por meio de governos do leste europeu. O caso do Chile ainda se tornou um modelo para estudos do comportamento e a influência dos *think tanks*, tais como os centros de estudos e agrupamentos de trabalhadores intelectuais que elaboram modelos, projetos e doutrinas, e em seguida são instrumentados pragmaticamente por organismos políticos, equipes de governo, etc. (MORAES, 1995).

Com a experiência chilena, alguns países foram influenciados a aplicarem reformas semelhantes às implementadas durante o Governo Pinochet, principalmente políticas voltadas ao livre comércio e privatizações. No terceiro capítulo será possível visualizar como se deu o processo de aplicação das reformas políticas socioeconômicas no Chile e quais seus efeitos na atual conjuntura na sociedade chilena.

4 POLÍTICAS IMPLANTADAS PELO GOVERNO PINOCHET NO CHILE

As políticas econômicas e sociais implementadas ao longo do governo de Augusto Pinochet, mantidas e reformadas de maneira consistente ao longo da década de 1980, até a eleição democrática de um presidente em 1990, contribuíram ao longo do tempo para o crescimento do país e redução taxa de inflação, (gráfico 1), bem como, uma significativa queda no índice de pobreza multidimensional e crônica (gráfico 2). De acordo com o Banco Mundial (2018), o Chile reduziu de 36% no ano 2000, para 8,6% em 2017. Especialmente na região da América Latina e Caribe, o Chile se destaca por sua renda nacional, como é possível visualizar no (gráfico 3). No entanto, mesmo que o Estado chileno tenha feito avanços importantes nessas áreas, ainda está entre os países mais desiguais do mundo, ao considerar que a renda dos 10% mais ricos dos chilenos é 27 vezes maior que a renda dos 10% mais pobres, o que constitui a maior diferença entre os membros da OCDE (Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico) (THE WORLD BANK, 2017, p. 9)¹⁶.

Gráfico 1 - Crescimento real do PIB e Taxa de inflação (variação percentual anual 1980-2018).



Fonte: Fundo Monetário Internacional¹⁷.

¹⁶ <<http://documentos.bancomundial.org/curated/es/210731497458125854/pdf/107903-SCD-PUBLIC-SecM2017-0182.pdf>>.

¹⁷ <https://www.imf.org/en/Countries/CHL#countrydata>

O período que segue a partir dos anos de 1980, apresentou uma oscilação com quedas na taxa de crescimento de até (-13,6) em 1982, e aumento da inflação em (30,7) em 1985. No entanto, após esse período de recentes reformas, começou uma nova fase em termos econômicos no Chile. Com as duas variáveis (crescimento econômico e taxa de inflação), pode-se gerar um equilíbrio macroeconômico através do controle e redução inflacionários, o que beneficiou em grande parte aos pobres, tendo em vista uma proporção relativa mais alta de ativos e renda em dinheiro. O crescimento econômico acelerado gerou maiores fontes de emprego e aumentou a salário real após os anos de 1990, quando de fato as reformas adotadas por Augusto Pinochet começaram a ter efeitos até o presente momento, apesar da desaceleração entre os anos de 1998 e 2003 pela crise asiática (Soares, 2009).

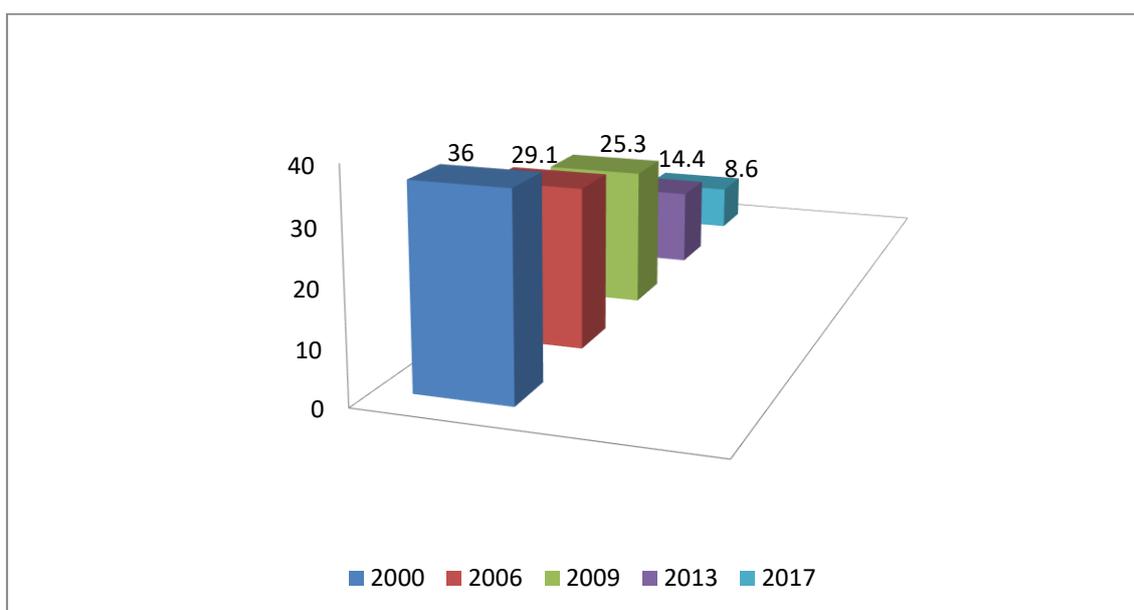
Tabela 1 - Índice de pobreza do Chile (% da população) dos anos (1987-1996).

Ano	Número de Pessoas	Porcentagem (%)
1987	5.501.153	45,1
1990	4.965.604	38,6
1992	4.331.701	32,6
1994	3.780.038	27,5
1996	3.288.271	23,2

Fonte: OIT (1998).

Diante das políticas implementadas, ao considerar o conceito tradicional de pobreza (cesta básica e linha pobreza), a porcentagem de pobres no Chile diminuiu de 45,1% em 1987 para 23,2% em 1996. O que favoreceu essa diminuição foi o crescimento econômico do país (MELLER, 2000). E assim se refletiu na diminuição do índice de pobreza dos anos seguintes, como é possível observar no gráfico 2.

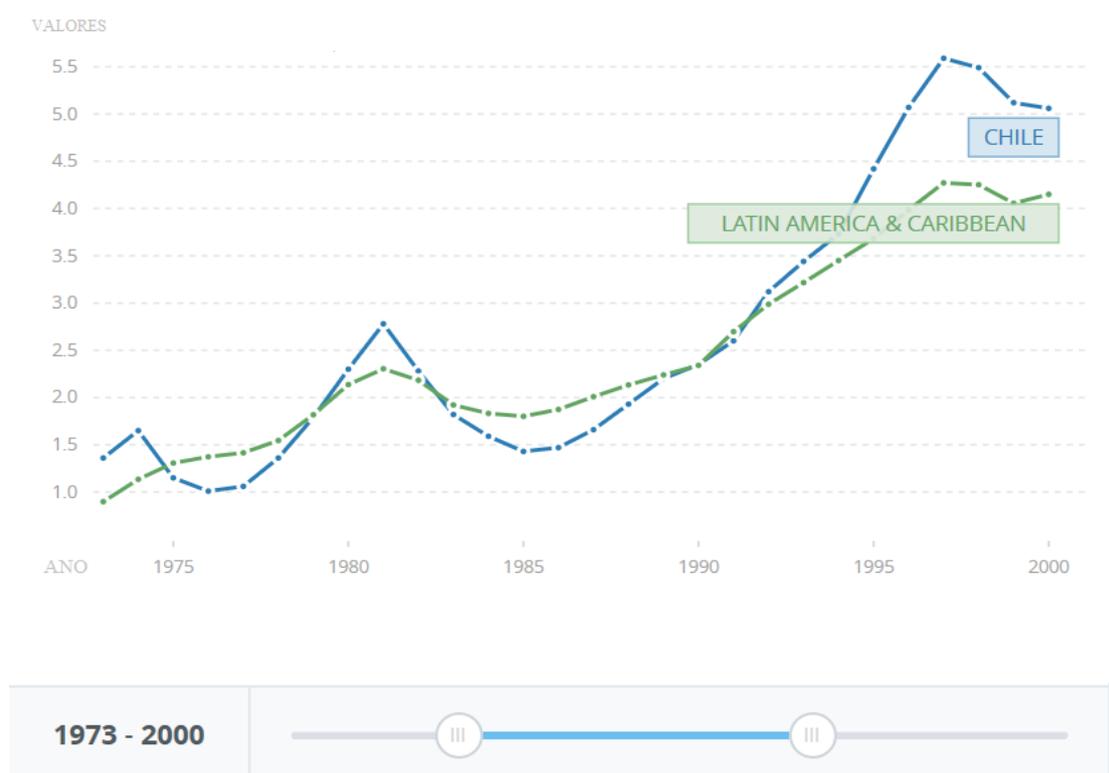
Gráfico 2 - Índice de pobreza do Chile (% da população) do ano (2000-2017).



Fonte: The World Bank (elaboração própria).

O Chile se destaca nas várias áreas relevantes para o desempenho econômico e melhorias de produtividade. Como mostra o gráfico 3. O Estado chileno demonstra o melhor desempenho dentre os países da América Latina e Caribe em termos de produtividade. O acesso mais rápido à eletricidade, impostos trabalhistas mais competitivos e maior nível de inclusão financeira, permanecem altos em relação à maioria dos países América Latina contribuem positivamente para os negócios gerais do Chile (FMI, 2018).

Gráfico 3 - PIB per capita, método Atlas (US \$)– Chile, América Latina e Caribe (1970-2000).



Fonte: The World Bank¹⁸.

Como apresentado, tais reformas implantadas durante as décadas de 1970 e 1980 eram pautadas em princípios neoliberais, o que significou em termos econômicos e sociais, a projeção de uma nova maneira de enfrentar o desenvolvimento, chegando a serem reconhecidas como a modernização¹⁹ da sociedade chilena (MEMÓRIA CHILENA, 2018)²⁰. Assim, as transformações mais pontuais foram percebidas nas relações fiscais, financeiras, trabalhistas, relações econômicas com o exterior; e por

¹⁸ Disponível em: <<https://data.worldbank.org/indicador/NY.GNP.PCAP.CD?end=2018&locations=CL-ZJ&start=1970>>.

¹⁹ Conjunto de políticas que serão mais detalhadas a seguir.

²⁰ Ver em: <http://www.memoriachilena.gob.cl/602/w3-article-719.html>.

último, mas não menos importante, uma profunda reforma previdenciária (FRENCH-DAVIS, 1983)²¹.

O Estado chileno ao longo das últimas décadas tem conquistado um espaço significativo, atualmente ocupa o 3º lugar entre os 32 países da região da América e sua pontuação geral está acima das médias regionais e mundiais. O Índice deste ano coloca o Chile como a 18ª economia mais livre do mundo, ao considerar sua pontuação de liberdade econômica de 75.4, que inclui a liberdade trabalhista, empresarial e monetária e eficácia judicial. Esta abertura do país ao comércio e investimento globais, seu ambiente regulatório transparente e um forte estado de direito continuam a fornecer uma base sólida para o dinamismo econômico (ECONOMIC FREEDOM, 2019)²².

A pontuação agregada da liberdade alcança (94 pontos de 100). O Chile é considerado como uma democracia estável que experimentou uma expansão significativa dos direitos políticos e das liberdades civis desde o retorno do governo civil em 1990. O Chile tem um sistema político multipartidário. O Congresso contempla representantes de diversos partidos políticos, além de vários candidatos independentes. Adicionado à esses fatores, o número de coalizões legislativas aumentou de duas para três, com a esquerda Frente Amplio, ou Frente Ampla, juntando-se aos principais blocos existentes: a centro-esquerda Nueva Mayoría, ou Nova Maioria, e a centro-direita Vamos Chile (FREEDOM HOUSE, 2019).

É observável que nesse período, a qualidade de vida dos chilenos melhorou. Essa estrutura ao mesmo tempo facilitou o ajuste no final do *boom* das commodities, contribuindo para o baixo desemprego, o consumo consistente das famílias e um setor financeiro estável, no entanto, percebe-se que o progresso diminuiu recentemente e a recuperação do Chile nos padrões de vida é desafiada pela produtividade baixa e estagnada e ainda por um alto nível de desigualdade. Aumentar a renda e o bem-estar ainda dependerá do fortalecimento de habilidades e maior inclusão de mulheres e trabalhadores pouco qualificados na força de trabalho (OCDE, 2018, p.14).

O Chile tem uma massa de 756.096,3 quilômetros quadrados, o que equivale a 291.930,4 milhas quadradas e o torna o 38º maior país do mundo em termos de área de superfície. No entanto, sua geografia é tipificada pela cordilheira dos Andes, o que significa que o Chile é um país relativamente pouco povoado. Grande parte da população do Chile está concentrada na metrópole de Santiago, que também é a região mais densamente povoada do país. Em termos populacionais, dos anos de 1960 a 2012, a população do Chile cresceu 127% e até então representava 0,25% da população mundial. Em 1973, de acordo com a *Worldometers*²³, o Chile possuía a população equivalente a 9,783,134. Atualmente a população do Chile é de aproximadamente 18.995.925.

Pesquisas sobre o Chile realizadas pela OCDE²⁴ afirmam que a qualidade de vida dos chilenos melhorou significativamente nas décadas de 1980,1990 e 2000, apoiadas por uma estrutura macroeconômica estável, reformas estruturais ousadas, como a liberalização do comércio e do investimento, e setores dinâmicos de recursos

²¹ Economista chileno formado em Chicago, mas crítico da ditadura e da gestão de seus colegas de universidade, para ele “as políticas econômicas de 1973 a 1982 foram um exemplo pioneiro de extremismo neoliberal no mundo”. Todos os textos utilizados de French-Davis, foram traduzidos para este trabalho.

²² Índice 2019. Disponível em: <<https://www.heritage.org/index/country/chile>>.

²³ Disponível em: <<https://www.worldometers.info/world-population/chile-population/>>.

²⁴ Disponível em: <<http://www.oecd.org/economy/chile-economic-snapshot/>>.

naturais. O Chile passou a ser considerado pelos defensores do modelo neoliberal um modelo na América Latina de transparência financeira e política. O desenvolvimento social do país se destacou nos últimos anos, enquanto seu PIB per capita de US \$ 2.726 em 1992 colocou o Chile entre países em que seus indicadores sociais se assemelhavam aos de um país industrializado. Além disso, é uma das economias que mais cresceu na região. De acordo com o Banco Central chileno, em 2018 o PIB cresceu 4% (COFACE, 2019). Esse rápido crescimento se dá por sua estrutura sólida macroeconômica, que permitiu ao país reduzir a população que vive na pobreza (em US \$ 5,5 por dia) de 30% em 2000 para 6,4% em 2017. Ainda que o Estado chileno tenha avançado em termos demográficos, possui uma sociedade “envelhecida”, e sua fertilidade está abaixo do nível de reposição, baixas taxas de mortalidade e expectativa de vida a par dos países desenvolvidos (WORLD BANK, 2019).

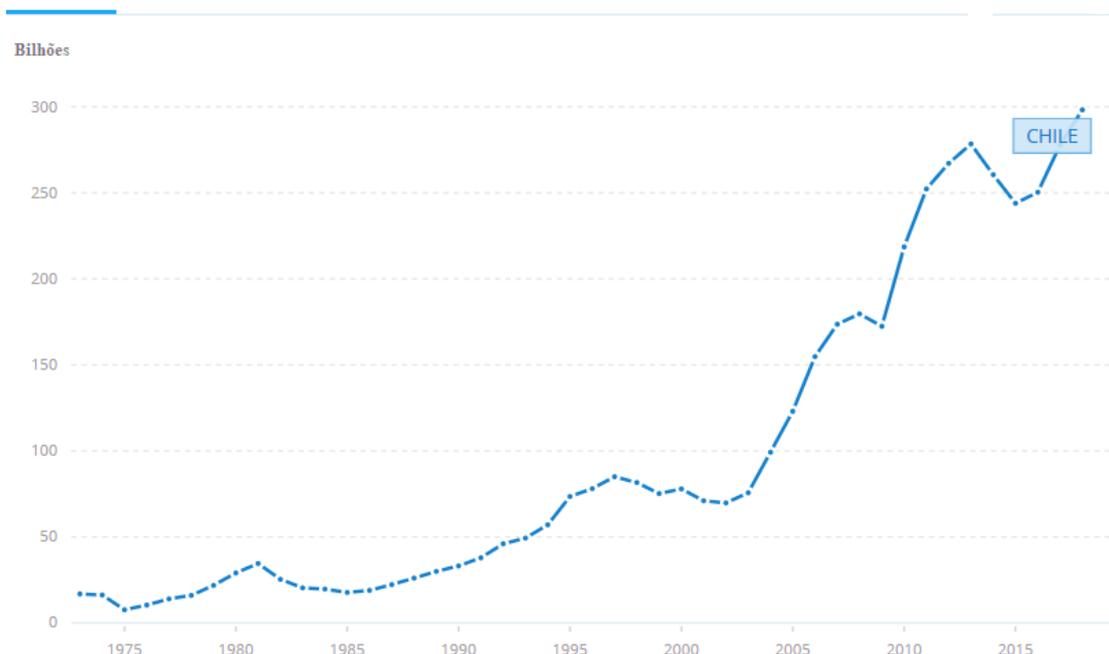
Gráfico 5 – Expectativa de vida no Chile (1973-2017).

Ano	Mulheres	Homens	Expectativa de Vida
2017	82,09	77,18	79,73
2000	79,72	73,71	76,79
1990	76,66	70,58	73,68
1980	72,42	65,72	69,07
1973	67,51	61,1	64,28

Fonte: Datosmacro (elaboração própria).

O Chile em 2017 chegou a ter uma expectativa de vida de até 79,73 anos, taxa de mortalidade em 6,16% e sua renda per capita de aproximadamente 13.500 euros, esse fato se dá ao considerar algumas variáveis do IDH (índice de desenvolvimento humano) chileno, como vida saudável, conhecimento e padrões de vida. O Chile em 2017 teve seu IDH de 0,843 pontos. Pode-se, então, observar uma melhoria em relação a 1990 que foi de 0,701, o que o fez ocupar o 44º lugar no ranking mundial de desenvolvimento humano. O Chile mantinha em 2017, a posição 36 no ranking dos 192 países. Isso significa que seus habitantes têm uma esperança média-alta em relação ao resto dos países. (DATOSMACRO, 2017)²⁵.

²⁵ Chile – índice de Desenvolvimento Humano. Ver em: <<https://datosmacro.expansion.com/idh/chile>>.

Gráfico 6 - PIB corrente em bilhões de dólares (Chile 1975-2018).²⁶

Fonte: The World Bank

De acordo com o Banco Mundial o PIB do Chile em 1970 era de 9.126 bilhões de dólares, já em 2018 passou a 298.231 bilhões de dólares. Com esses dados, o Chile ocupa a 42^a economia em volume do PIB. Sua dívida pública em 2018 era de 64,507 milhões de euros, com uma dívida de 25,56% do PIB. Sua dívida per capita ainda em 2018 era de 3.444 € (DATOSMACRO, 2019)²⁷. Com relação a outros indicadores estruturais, o Chile apresentou desempenho em outras dimensões, como resultados na saúde, escolaridade e índice de desenvolvimento humano, convergindo para níveis de melhor país da América Latina e no Caribe e mais próximo da média da OCDE (WORLD BANK, 2017, p. 55)²⁸.

Toda essa estrutura que é visualizada na sociedade chilena, seus avanços em termos econômicos e sociais, bem como alguns dos problemas macroeconômicos²⁹ tem início ainda nos anos 1973. Com a tomada do poder em 11 de Setembro de 1973, o governo do Chile liderado por Augusto Pinochet encontra uma série de complicações resultante da gestão do presidente Salvador Allende. A princípio, o plano do novo comando era o de regular a hiperinflação corrente em 1973, que chegara a 600%, (French-Davis; Stallings, 2001), entre outros desequilíbrios macroeconômicos geradores de problemas estruturais no Chile. As reformas foram feitas com a finalidade desmantelar o regime intervencionista criado durante três ou quatro décadas de políticas redistributivas. No entanto, essas mudanças foram aplicadas, gradualmente e em duas

²⁶Disponível em: <https://data.worldbank.org/indicator/NY.GDP.MKTP.CD?end=2018&locations=CL&name_desc=false&start=1970&view=chart>

²⁷ Disponível em: <<https://datosmacro.expansion.com/paises/chile>>.

²⁸ Disponível em: <<http://documentos.bancomundial.org/curated/es/210731497458125854/pdf/107903-SCD-PUBLIC-SecM2017-0182.pdf>>.

²⁹ Principalmente no que engloba o sistema tributário, emprego, burocracia, o sistema de pensões e o sistema financeiro.

fases: 1975 a 1981 e 1985 a 1989 (FONTAINE, 1993). A seguir, será possível analisar melhor essas duas fases.

4.1 Reformas socioeconômicas no Chile – Regime militar

Em 1975, Augusto Pinochet nomeou alguns dos autores³⁰ do *El Ladrillo* para o seu gabinete (Borges, 2010, p.55). Inicialmente, a estratégia de todo aparato governamental de Pinochet gerou efeitos positivos como o aumento dos investimentos públicos, a recuperação da taxa de uso de recursos naturais, a desvalorização do câmbio, o aumento do preço do cobre, entre outros. Com os resultados obtidos pela aplicação de novos mecanismos na conjuntura chilena desenrolou-se a diminuição da inflação. Em 1973 era de 600% em 1975 passou a ser 370% (FRENCH-DEVIS, 2001).

Vale ressaltar que as principais reformas estruturais que criaram a economia de mercado no Chile foram planejadas e executadas no contexto de uma economia em rápido crescimento. Acompanhado pela consolidação da posição dos economistas formuladores do *El Ladrillo* dentro do governo militar, que trabalharam conjuntamente (FONTAINE, 1993).

As reformas executadas durante o governo militar abrangeram especificamente: (a) uma redefinição do papel do Estado, que eliminou o déficit existente, reduziram os gastos do governo e impostos, controles de preços levantados, os mercados liberalizados e privatização da maioria das empresas estatais, o sistema de seguridade social e (parcialmente) educação e saúde; (b) a abertura da economia para o mundo exterior através da eliminação de todas as barreiras não tarifárias às importações, a substituição de uma estrutura tarifária alta e diferenciada por uma tarifa baixa e quase uniforme, a aplicação de uma política cambial realista, a redução dos controles cambiais e a abolição de todas as restrições à importação; (c) a criação de um mercado de capitais livre, eliminando o limite máximo de taxas de juros e controles de crédito, a liberalização do investimento estrangeiro e o estabelecimento de um Banco Central independente; (d) a flexibilização dos mercados de trabalho, reduzindo o poder de monopólio dos sindicatos e eliminando a maioria das barreiras à entrada de diferentes ocupações, reduzindo as restrições à mão de obra; demissões e virtual eliminação da intervenção do governo na negociação de salários privadas, e (e) o reforço de uma "rede social", a fim de melhorar as condições para os mais pobres (e protegê-los contra as dificuldades de ajustamento econômico) através de vários programas governamentais projetados (FONTAINE, 1993, p. 252).

As ações governamentais de todas estas reformas listadas fizeram parte de uma "ação estabilizadora" que o regime aplicou na economia do Chile, principalmente com a finalidade de minorar os efeitos da alta taxa inflacionária por meio da eliminação do déficit fiscal e pelo controle das expectativas inflacionárias. Entre 1976 e 1979, a economia chilena experimentou uma expansão saudável liderada pelas exportações, que culminou no boom de investimento e consumo dos anos posteriores. Junto à isso, o processo de liberalização e abertura da economia, trouxeram resultados positivos para a economia, em meados dos anos 1980. Nas mais diversas regiões do mundo se aclamava como *O Milagre Chileno*, e se reconhecia a importância do experimento das políticas macroeconômicas no Chile (IBAÑEZ, 1984).

Dados da Comissão Econômica das Nações Unidas para a América Latina e o Caribe (CEPAL) mostraram que o Chile experimentou o maior crescimento econômico de todos os países da região durante os anos 1980:

³⁰ Sergio de Castro, Pablo Baraona, Juan Carlos Méndez, Álvaro Bardón, Rolf Lüders.

By putting itself on the road to becoming one of the world's most open economies, Chile was a step ahead of other countries in adjusting to today's globalization phenomenon. Before Margaret Thatcher or Ronald Reagan, the Chilean government dared to privatize inefficient state companies. The balance in fiscal and monetary issues, which is now a requirement to join big economic and political blocs like the European Union, was achieved more than a quarter-century earlier by this small country in a southern corner of the world (THE HERITAGE FOUNDATION, 2006).

A Constituição de 1980 contemplou um longo período de transição com um duplo propósito: primeiro, dar o tempo necessário para implementar as profundas reformas econômicas e sociais, e em segundo lugar, permitir que essas reformas melhorassem gradualmente o padrão de vida da população e, assim, contribuir para a estabilidade do sistema político (FONTAINE, 1993).

A nova equipe econômica do Governo Pinochet incorporou reformas econômicas (liberalização das importações, liberalização financeira interna, abertura da conta de capital e privatização), foram os principais elementos da transição para uma economia mais aberta, dominada pelo setor privado; e sociais (trabalhista, seguridade social e saúde) com uma abordagem mais voltada ao mercado, enquanto o governo se retirava de muitas das suas funções tradicionais (STALLINGS, 2001).

Todas essas reformas estruturais, a inflexão na economia, a introdução de um processo de trabalho em muitos casos inclui a seleção de elementos heterodoxos, os princípios para facilitar a transição para uma economia de mercado. Vale destacar que as reformas ocorridas no período de 1974 a 1981, tinham como foco principal reduzir a intervenção estatal excessiva e reduzir o problema fiscal herdado de governos anteriores (estabilização monetária), portanto, as reformas implantadas após esse período foram de cunho mais estrutural e macroeconômico (HACHETTE, 2000).

O Plano de Trabalho facilitou a recuperação econômica e abriu o caminho para o país continuar avançando porque induziu empresas a se modernizarem. Ainda em setembro de 1979, o general Pinochet afirmou ter concluído a etapa de reconstrução nacional, anunciando a fase de modernização. O país estava entrando em outro estágio com o plano das "sete modernizações". Esse nome foi indicado por José Piñera, referindo-se às quatro modernizações de Mao Tse Tung. As sete modernizações foi um conjunto de metas ou tarefas fundamentais que comprometeriam a ação do governo nos meses e anos seguintes (PIÑERA, 1990, p.41).

Ainda de acordo com Piñera (1990), esse conjunto de políticas eram basicamente: Plano de Trabalho; reforma previdenciária; descentralização da educação; reestruturação da saúde; modernização da justiça; reforma administrativa e Fortalecimento da agricultura. Vários estavam pendentes, no total - justiça - ou parcial: educação, saúde, reforma administrativa. Os anos 1982 e 1989 foram marcados por uma abordagem mais pragmática. Envolveu uma série de medidas para equilibrar o equilíbrio externo: negociações de câmbio; aumento de tarifas e incentivos "seletivos" para as exportações da maneira tradicional e gestão da taxa de câmbio e intervenção direta do sistema financeiro. O governo alocou 35% do PIB anual para resgatar os setores afetados, recursos que se desviaram do investimento público e dos gastos sociais.

O documento *El Ladrillo* trazia duas grandes fases de aplicação: a primeira de estabilização da economia, e uma grande fase que envolvia a modernização da sociedade chilena principalmente no setor produtivo. O governo atuou nas duas frentes

de forma paralela, segundo Kusterko (2014, p.21). As reformas implementadas durante o Governo Pinochet (1973-1990), tendo como base no *El Ladrillo*³¹ foram:

Reforma na Política de Preços – Em outubro de 1973 foi feita a divulgação da liberalização dos preços de quase todos os produtos, acompanhado de uma forte desvalorização. O Decreto Lei 996 de abril de 1975 reafirmou a implantação de uma economia capitalista (KUSTERKO, 2014, p.21). O governo militar tomou como primeira prioridade econômica a restauração do mecanismo de preços como o caminho mais direto para a eliminação de filas e mercados negros e para estimular o renascimento da produção. O primeiro passo envolveu uma acentuada desvalorização e a unificação das taxas de câmbio. Em 1975, por exemplo, a maioria dos controles de preços foi suspensa, o peso desvalorizado, os gastos públicos restringidos, os subsídios eliminados, as taxas de juros foram liberalizadas, para citar algumas das medidas tomadas pelo governo naquele ano (FONTAINE, 1993).

Os preços variaram neste período em análise, tendo quedas nos anos 1975, 1977, de 1981 a 1986. A queda de preço decorreu da superprodução mundial de cobre, liderado especialmente pela indústria chilena, nesse sentido, a nacionalização do cobre³² efetuada pelo governo trouxeram efeitos positivos do ponto de vista econômico, social e político (KUSTERKO, 2014, p.30).

Privatização – Entre 1970 e 1973, de acordo com a política governamental do Presidente Allende, o Estado começou a acentuar o controle da atividade econômico. Em outubro de 1972, o Estado já controlava 90% da produção mineira; 85% do banco; 60% do comércio em larga escala 52% da indústria de transformação; 84% da indústria da construção (BEYER, 1988, p.2). Em 1974, já no Governo Pinochet começa no Chile um processo de desregulamentação em que foram retornadas empresas que haviam sido confiscadas, ao setor privado.

O primeiro passo foi o retorno de empresas e terras agrícolas aos seus proprietários. A reprivatização de terras agrícolas, bancos e a maioria das empresas industriais e comerciais nacionalizadas ocorreram entre 1974 e 1980 (FONTAINE, p.258). Ou seja, de acordo com Hachette (2000, p.118), 325 empresas que foram operadas e administradas pelo Estado chileno antes do Governo Pinochet, foram devolvidas gratuitamente aos seus proprietários, essa forma de privatização se deu por terem sido tomadas "ilegalmente", assim, se optou a devolução direta aos proprietários originais, licitações nacionais e estrangeiras, etc. E as outras com atividades como a produção e distribuição de Eletricidade³³, telefonia e telecomunicações, produção de aço, nitratos e derivados, carvão, açúcar, hidrocarbonetos e o cobre permaneceram sob o poder do Estado, no entanto, foram privatizadas em aproximadamente cinco anos depois (BEYER, 1988. p.2).

Sobre a privatização dos meios de produção, as ações do governo não se limitaram às empresas expropriadas do regime do presidente Allende, mas também à empresas criadas nos governos anteriores como desde a época da criação da Corporação de Promoção (CORFO) em 1939. O CORFO controlava cerca de 300 empresas em

³¹ Abertura da economia, a eliminação de práticas monopólicas, liberação do sistema de preços, modificação do sistema tributário, criação de mercado de capitais, criação de sistema de previsão, normatização da atividade agrícola e a proteção dos direitos de propriedade. Ver (CASTRO, 1992).

³² Corporación Nacional del Cobre de Chile (CODELCO).

³³ Chilectra Metropolitana S.A. Esta empresa foi criada em 1981 a partir da Chilectra S.A que operava desde de 1921, foi uma das expropriadas em 1970, mas reestruturada após 1981.

1973. Em 1980, permaneceram na posse dessa instituição apenas 24 empresas, metade das quais estavam em processo de licitação (FRENCH-DAVIS, 1982, p. 11).

Os modos usados foram variados. As empresas "produtivas" foram oferecidas a interessados nacionais e estrangeiros. O "capitalismo popular" foi o método escolhido para reprivatizar as grandes instituições financeiras, os objetivos desse mecanismo podem ser resumidos basicamente em dois: (a) privatizar várias instituições financeiras e de pensões e empresas públicas e (b) disseminar a propriedade patrimonial de empresas importantes do país entre todos os setores da população. Os interessados deveriam comprar as ações ao preço de livro, mas ao mesmo tempo, o governo ofereceu um empréstimo de longo prazo subsidiado para comprá-los (VELENZUELA, 1989).

O Governo estabeleceu uma Comissão de Vendas de Ativos como "parte do programa de recuperação econômica". A maioria das grandes empresas estatais, criadas ou nacionalizadas por lei, foram privatizadas. Entre os anos 1985 e 1989 das empresas estatais tradicionais privatizadas (eletricidade, gás, água, telecomunicações), e outros nos campos produtivos (IANSÁ, CAP, etc.) e financeiros o Banco do Estado, etc. Segundo Hachette, dezoito foram completamente privatizadas entre setembro de 1985 e março de 1989, e nove parcialmente. Das parcialmente privatizadas, destaca-se a Companhia Telefônica Chilena (CTC), com 86%; ENDESA e a Empresa Nacional de Telecomunicações (ENTEL), em 90%; Schwager, a 95%; LAN Chile, com 76%. Estas últimas estão agora totalmente privatizadas (HACHETTE, 2000, p. 121).

As privatizações no Chile foram aplicadas não somente na área de empreendimentos produtivos, mas também na área de empresas de serviços básicos e sistemas de pensões e saúde. Ele teve uma primeira demonstração junto com resto das reformas econômicas que se materializam nesse mesmo período (MOGUILLANSKY, 1999).

Algumas das principais reformas feitas antes de 1983 ocorreram no campo social, particularmente na educação, saúde, habitação e, principalmente, no sistema previdenciário. Sobre a reforma na educação especificamente, o sistema de transferência de fundos para centros educacionais mudou, e foi descentralizado para os municípios (HACHETTE, 2000). Cabe aqui destacar alguns aspectos da política educacional proposta no *El Ladrillo* e os motivos pelos quais, no Governo Pinochet, o sistema educacional foi mudado.

Para Castro (1992, p.148), no Chile, a área educacional era a mais ineficiente do setor público devido a sua burocratização que impedia que os colégios e os centros educacionais realizassem os ajustes necessários para esta área. Assim, segundo HACHETTE (2000), a partir de 1980, foi implementada uma política de descentralização dessa estrutura de nível nacional, aos municípios, ou seja, a comunidade local quem iria administrar sua unidade escolar.

De acordo com o documento *El Ladrillo* e conforme ocorreu no Chile, essa estrutura administrativa através do Decreto Lei 3477, as escolas são transferidas para os Municípios (CAYUL; AKKARI, 2017, p.365), como explicado por Castro:

A responsabilidade direta pela formação dos alunos estaria nas mãos da comunidade escolar através de seus vários níveis (professores, pais, alunos e funcionários administrativos) e das autoridades da comunidade e da vizinhança, que escolherão as autoridades do centro educacional. Eles contratariam a equipe, controlariam o ensino e tomavam decisões autonomamente. O Estado, através do Ministério da Educação, seria responsável apenas pela formulação da política geral, pelo controle dos requisitos mínimos de promoção e currículo e pela obrigação de financiar o

custo mínimo de cada um que estiver sendo educado; para isso, os respectivos fundos seriam transferidos para os Municípios para que esses centros comunitários pudessem administrá-los. O Estado poderia conceder subsídios especiais a certas regiões ou centros específicos que, por sua natureza, precisem de um serviço adequado (CASTRO, 1992, p.148).

Com a Constituição da República Chilena de 1980, foi permitido o direito de a criação de universidades, centros de treinamento técnico e institutos profissionais privados (CAYUL; AKKARI, 2017, p.365), através de um *voucher* transferência de fundos na forma de pagamentos por aluno, o mesmo para escolas privadas e escolas públicas, assim os pais conseguiram maiores possibilidades de escolher a escola mais atrativa para seus filhos, o que resultou em uma maior demanda por serviços de escolas privadas subsidiadas (HACHETTE, 2000, p.119). Esse novo modelo iniciado no Chile, foi cunhado por Cayul e Akkari (2017, p. 365) por um modelo *cuasi-mercado* escolar, tanto pela expansão ocorrida no setor de cerca de 26% da matrícula nacional, quanto pela multiplicação de administradores públicos em 345 municipalidades, que gerara competições pela matrícula de instituições públicas e privadas pela matrícula.

De maneira geral todos os objetivos da política econômica proposta como: crescimento, estabilidade de preços, nível de recursos internacionais, abertura, nível de despesa externa e social, foram alcançados, ressaltando o crescimento do produto, como o forte crescimento das exportações, do período 1977 a 1981, em particular (IBAÑEZ, 1984).

A orientação geral para a iniciativa privada marcou uma tendência importante e lançou as bases para um processo de privatização que, na opinião de analistas como Sigmund (1990). Foi o mais importante da história moderna. A privatização foi o elemento central nas mudanças regulatórias subsequentes que ocorreram no Chile (LARRAÍN; VERGARA, 2001, p.160)

Para Kusterko (2014, p. 60), o Governo Pinochet transformou a economia chilena em iniciativa privada em quase todas as áreas, como exemplo, águas, o direito de pesca, a exploração da mineração. O novo modelo implementado, transformou em particular as riquezas naturais do país. Com a maior integração da economia mundial. Assim, elevou-se o nível de investimento estrangeiro direto. No entanto, mesmo com o aumento destes investimentos a ampliação da capacidade produtiva, não foi afetada, pois se voltou em particular às fusões e aquisições de ativos existentes, o que elevou a participação de empresas estrangeiras na produção chilena (KUSTERKO, 2014).

É válido assinalar que muitos chilenos participaram como atores e consultores em privatizações em países latino-americanos, bem como em economias emergentes da Europa Central, Rússia e seus antigos satélites, e também em países industrializados (HACHETTE, 2000, p. 114).

Política de Comércio Exterior – foi uma das reformas que receberam mais atenção dos economistas e mais trabalhadas durante o Governo Pinochet. As reformas implantadas fizeram com o que as exportações aumentassem rapidamente após 1974 e continuaram a crescer até os dias de hoje. Diante disso, Manoel Agosin (1999) afirma que:

en cualquier evaluación de las reformas chilenas tiene un especial interés estudiar el comportamiento de las exportaciones y su relación con el crecimiento global de la economía (AGOSIN, 1999, p.99).

Vale recordar que a estrutura econômica do Chile estava pautada nas atividades intensas de exploração dos recursos naturais, principalmente extração de minérios, da

qual se sobressai o cobre, produto mais exportado. Segundo Furtado (1976), em 1947, o metal vermelho representou cerca de 50% das exportações do país. No entanto, em 1970, o governo de Salvador Allende destacou-se principalmente pela estatização das companhias de mineração, ou seja, o subsolo foi nacionalizado, e a riqueza vinda do cobre pertenceria em sua totalidade ao Chile (LIRA, 2010, p. 03-04). Já no Governo Pinochet, ainda de acordo com Lira (2010, p.05) em 1975, o regime militar, propôs uma série de privatizações que retiraram uma significativa influência do Estado na economia, mas por razões de segurança nacional e soberania, segmentos econômicos como a exploração de cobre e refinação de petróleo, não foram privatizados.

Para o entendimento do crescimento econômico do Chile, vale considerar as reformas ocorridas já durante o Governo de Augusto Pinochet. Com o novo modelo econômico liberal, as exportações começaram a desempenhar um papel primordial no crescimento do PIB do país, e o cobre fez parte disso. Referente à Reforma Comercial iniciou-se, então, um processo de abertura externa. A primeira etapa realizada foi à redução tarifária (KUSTERKO, 2014).

Uma situação particular ocorreu em 1975. Dois fatores em especial agravaram o contexto em que o Chile estava inserido; primeiro, os problemas de ajustes econômicos internos; segundo os efeitos da crise internacional do petróleo, o que geraram tomadas de decisões em condições críticas (CAUAS; CUADRA, 1981, p. 202). O processo de liberalização implantado já no final de 1975 reduziu rapidamente a proteção aos substitutos de importação; o mercado de câmbio foi normalizado, e então, reduziu-se o número de taxas de câmbio. Assim, foi possível impor, em 1975, uma taxa única (FRENCH-DAVIS, 2001).

O Chile rapidamente se transformou, depois de ter por um período prolongado uma economia altamente protegida, em um país com uma proteção efetiva de bens processados menores do que em países como os Estados Unidos e o Japão. A Coreia do Sul e o Brasil, por sua vez, muitas vezes descritos como economias abertas, apareceram como ultra protecionistas, em comparação com a liberalização indiscriminada imposta no Chile (FRENCH-DAVIS, 1982).

Política Fiscal e Monetária – Em 1975, o (Decreto-Lei 1078, de 25.06.1975) permitiu uma reforma na Lei Orgânica do Banco Central do Chile (BC) que reduziu a área de atuação da política³⁴ monetária ao cumprimento das metas de inflação (BORGES, 2010, p.112). O BC voltou-se suas responsabilidades à busca de estabilidades da moeda, bem como efetividade dos pagamentos internos e externos. Nesse sentido, as maiores atribuições do Banco Central do Chile passaram a focar na regulação da quantidade de dinheiro e de crédito em circulação, a execução de operações de crédito e câmbio internacional, bem como na formulação de normas em matéria monetária, de crédito e de câmbio (GALÁN; MUÑOZ, 1995 *apud* BORGES, 2010, p.112).

Na Política Fiscal, se implantou a política de redução de gastos, e reduziu o Estado ao mínimo. Conforme o economista Orlando Leiva (2006). A arrecadação fiscal recaiu principalmente nos impostos indiretos. A política fiscal incluiu uma reforma tributária e uma reestruturação e redução da maioria dos gastos públicos. Por outro lado, a reforma tributária incluiu a eliminação do imposto sobre o patrimônio e as mais-valias e a redução do imposto sobre o rendimento das empresas. Por outro lado, o estabelecimento de um imposto sobre valor agregado foi fortalecido e completado, e as

³⁴ Ou seja, produziu-se a Independência do Banco Central do Chile.

franquias ativas para bens de consumo básicos foram geralmente eliminadas (FRENCH-DAVIS, 1982, p.10).

Nos anos 1976, segundo French-Davis (1982, p.15), a equipe econômica reconheceu “implicitamente” que apenas o controle monetário era incapaz de conter a inflação. Portanto, outra variável foi incorporada à política de combate à inflação, onde a taxa de câmbio era usada para desacelerar a inflação. Isso era possível ao reduzir o custo dos bens importados e buscando influenciar as expectativas de inflação. As restrições monetárias, em vez de influenciarem os preços, tiveram um impacto maior na atividade econômica: durante 1975, a produção industrial caiu 28%, o PIB caiu 17%, e o desemprego aberto (incluindo programas de emergência) chegou a 20% (FRENCH-DAVIS, 1982, p. 14).

O controle de preços sob fortes pressões inflacionárias alimentou as expectativas inflacionárias e aumentou os custos de estabilização. A receita monetarista para controlar a inflação não funcionou da maneira prevista pelos defensores do modelo. Pelo contrário, multiplicou os efeitos decorrentes da recessão internacional e envolveu um custo notavelmente alto, tanto socialmente quanto em termos de atividade econômica. (FOXLEY, 1983; RAMOS, 1986 *apud* FRANCH-DAVIS, 1982, p. 15).

Em seguida, uma segunda variável foi incorporada à política anti-inflacionária: a gestão da taxa de câmbio foi condicionada a reduzir a inflação. Assim, foi iniciado um longo processo de redução dos custos dos bens importados e buscando influenciar as expectativas inflacionárias. Em termo técnico, foi uma transição do monetarismo fechado para o aberto. A evolução da política anti-inflacionária terminou em 1979 com o congelamento da taxa de câmbio. A nova versão oficial era que, com uma taxa de câmbio fixa em uma economia com importações livres, como a economia chilena estava então, os preços domésticos não poderiam subir mais rapidamente do que a inflação internacional. Nessa fase tardia, portanto, eles adotaram a “abordagem monetária de balança de pagamentos”, a ideia dessa Abordagem Monetária é que os problemas da balança de pagamentos são fenômenos, essencialmente, monetários, em termos da oferta e da demanda. No regime de câmbio fixo, devido à reação governamental aos movimentos do mercado de câmbio, há variação das reservas cambiais, e portanto, a massa monetária varia. A abordagem Monetária via taxa de juros, tenta defender uma paridade estável (FRENCH-DAVIS, 1982, p. 15).

Reforma da Previdência – o Estado assumiu a obrigação de financiar pensões para aqueles que decidiram permanecer no antigo regime de distribuição, administrando-o até o seu fim. Este pilar, que trata da transição e das garantias do Estado, levou muito tempo para ser desenvolvido e foi objeto de amplo debate interno.

Os conselheiros do Governo Pinochet propuseram um sistema dual: um subsistema estatal que garantisse uma pensão mínima e uma economia complementar através de administrações delegadas dos fundos, que poderiam ser cooperativas e reguladas por uma Unidade Central de Coordenação (CASTRO, 1992). Esta proposta foi melhorada com contribuições do então Gabinete Nacional de Planificação (ODEPLAN), melhorando as condições de elegibilidade para pensões mínimas, alternativas para a utilização de poupança excedentária, garantias para a rentabilidade do Fundo.

No entanto, as propostas da ODEPLAN não foram aprovadas pelo Conselho Militar. O projeto aprovado foi do então ministro do Trabalho e Previdência Social, José Piñera, o qual optou pela eliminação da garantia absoluta de rentabilidade e definiu o papel subsidiário do Estado de pensões, excluiu as Forças Armadas do novo sistema, e

tornou obrigatório para novos aderentes à força de trabalho e opcional para os membros do antigo sistema estabelecendo uma série de regulamentos destinados a assegurar o controle dos fundos (PIÑERA, 1991 *apud* UTHOFF, 2001, p. 233).

Em 1980, o governo publicou o Decreto-Lei 3.500, e assim, foi consolidada uma reforma definitiva do sistema previdenciário chileno. A reforma buscou: i) acabar com a concessão de pensões de velhice; ii) definir benefícios com base na remuneração real durante a vida do beneficiário, e não apenas daqueles correspondentes aos últimos anos de contribuição; iii) promover mecanismos automáticos para ajustar seus parâmetros às mudanças demográficas e econômicas para mantê-lo em equilíbrio atuarial; iv) minimizar a possibilidade de pressões políticas sobre o uso de fundos, e v) reduzir a sobrecarga de tarefas administrativas (UTHOFF, 2001, p.231).

O sistema de pensões, financiado até então, através de um sistema de repartição – um sistema que armazena todas as contribuições previdenciárias, as contribuições financiam os já aposentados, - foi substituído por um sistema de capitalizações individuais – uma espécie de poupança que o trabalhador faz para garantir sua aposentadoria no futuro, na qual o dinheiro é investido individualmente³⁵, ou seja, não é armazenado com as contribuições dos demais trabalhadores. As pensões e as de trabalhadores com menos de cinco anos antes da aposentadoria continuaram sendo responsabilidade do setor público (FRENCH-DAVIS, 1982, p. 11).

A reforma de 1981 do sistema chileno de fundos de pensão sob a liderança do Ministro José Piñera, foi elaborado um programa individual de contas de capitalização com contribuições específicas, administradas por instituições privadas selecionadas pelos trabalhadores. As Administradoras de Fundos de Pensão (AFP) chilenas foram replicadas em mais de 20 países, e mais de 100 milhões de trabalhadores em diferentes partes do mundo usam essas contas para economizar para a aposentadoria. Ou seja, o sistema antigo foi substituído por um baseado na capitalização individual em sociedades privadas de financiamento da segurança social. A escolha entre sociedades financiadoras deveria ser feita pelo trabalhador com base na qualidade do serviço e uma avaliação do retorno esperado em cada sociedade de financiamento da previdência social durante o período de tempo antes de sua aposentadoria (REPOSITÓRIO CHILE)³⁶.

O governo militar iniciou os ajustes em três áreas: (i) estabeleceu novas condicionalidades na questão da idade para aposentadoria, eliminando privilégios; (ii) criação de uma política de austeridade nos gastos fiscais; (iii) e último, foi aplicado uma mudança estrutural de cima para baixo, separando o regime de aposentadorias por idade, invalidez e sobrevivência do grupo familiar, do resto que configurava a seguridade social como saúde, acidente de trabalho sistemas de bem-estar, créditos pessoais, bem como, os bancos foram substituídos como agentes administradores de fundos de pensão, passando a ser administrados pelos Fundos de Pensão (KUSTERKO, 2014, p. 33).

Reforma Tributária - A reforma contemplou uma série de mudanças nos impostos que tributam a renda das pessoas físicas e jurídicas. As modificações visaram reduzir as alíquotas médias, alterar a estrutura das alíquotas e da base tributária e introduzir alguns elementos característicos do imposto sobre consumo no sistema tributário chileno. O principal objetivo da reforma tributária seria estimular a poupança

³⁵ Fundos privados de segurança social criados pelo novo sistema.

³⁶ Ver em:

<<http://repositorio.uchile.cl/bitstream/handle/2250/145030/Themonetarist.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>

interna, ou seja, a soma das economias de pessoas, empresas e do governo, dessa forma, a mudança no sistema de tributos recompensaria a poupança e, portanto, os agentes econômicos privados estariam dispostos a economizar mais (MARFAN, 1984).

A necessidade foi de ordenar o sistema tributário, assim, a principal mudança foi o estabelecimento do IVA (Imposto ao Valor Agregado), foi instituído com a promulgação de D.L. Nº 825, em dezembro de 1974, a uma taxa de 20%, substituindo o imposto de compra e venda (CHEYRE, 1986, p. 23). O IVA é uma tributação única, que se aplica sobre os bens e serviços de maneira geral, como um valor proporcional ao preço final, facilitando assim, a arrecadação. Por exemplo, se um produto custa R\$ 1000 e o imposto é de 20%, então, seu preço final seria de R\$ 1200. Desse valor, R\$ 200 seria repassado diretamente para o governo que distribuiria para os estados e municípios.

Em geral, o IVA cobra o valor agregado ao produto e é um imposto sobre a transferência de impostos. Isto é, é suportado pelo consumidor final. Para efeitos de controle, no Chile o imposto é cobrado a cada um dos intermediários, o que permite quando podem cobrar o IVA a outros (isto é, quando não é o consumidor final), deduzir de si o IVA que já foi cobrado seu próprio vendedor. Isso constrói um sistema de controle muito eficiente, já que os próprios produtores controlam uns aos outros. Em muitos países, incluindo o Chile, os impostos indiretos são a principal fonte de arrecadação de recursos tributários feita pelo Tesouro. O imposto sobre valor agregado, IVA, chileno se qualifica como um imposto de consumo indireto. Este IVA de consumo é equivalente a um imposto geral sobre vendas (YÁÑEZ, 2010).

O IVA também é aplicado às importações, é reembolsado nas exportações e inclui tarifas especiais em alguns itens como bebidas alcoólicas, joias e outros itens. Conforme aplicado no Chile, o IVA é caracterizado pelos seguintes recursos: (i) O valor agregado de uma empresa é determinado como a diferença entre vendas e compras; (ii) as empresas pagam impostos por suas vendas e podem creditar impostos aplicados às suas compras; (iii) o IVA não faz parte do valor adicionado para fins fiscais; (iv) os ativos de investimento são considerados insumos correntes para os fins do IVA (ARELLANO; MARFAN, 1987, p.147).

Em relação às empresas, houve três modificações que levaram a incentivos significativos para o reinvestimento dos lucros: (i) eliminação gradual do Imposto Adicional de 40% que afetou os lucros das empresas: 10 pontos percentuais em 1984. 15 pontos em 1985 e 10 em 1986; (ii) isenção para empresas de responsabilidade limitada para declarar seus lucros retidos no Imposto Global Complementar; (iii) unificação do Imposto de Primeira Categoria (10% até então e 15% no presente) com o Imposto de Renda. Com a redução do imposto sobre os lucros retidos, o governo pretendia incentivar a poupança e, em geral, com impostos mais baixos, fazer um maior número de projetos de investimento financiados com economia corporativa lucrativa (MOGUILLANSKY, 1999).

Reforma Trabalhista – As reformas trabalhistas do final da década de 1970 e início da década de 1980 permitiram avançar na regulação alto grau de homogeneização, mudanças que tornaram o mercado de trabalho mais flexível. No entanto, tanto o contexto de restrição da atividade política e sindical em que se legisla aprovada, como a visão do governo militar de que a negociação coletiva e a atividade sindical equivaliam a jogo soma negativa, criou um quadro regulamentar com desequilíbrios significativos entre trabalhadores e empregadores (MIZALA; ROMAGUERA, 2001, p. 223).

A repressão dos sindicatos, a eliminação da negociação coletiva e o direito à greve representaram uma reforma trabalhista *de facto* em relação à situação anterior (STALLINGS, 2001, p.38). Conforme Larraín e Vergara (2001), no início dos anos 1970 a legislação era excessivamente rígida, nesse período havia altos custos de demissões e existência de monopólios. Em 1978 foi elaborada a lei 2.200, a primeira reforma trabalhista do governo militar. Após, em 1981, a lei 18.018 alterou a lei 2.200, e esta alterada novamente em 1984 pela Lei 18.372.

De acordo com Kusterko (2014), ocorreu uma flexibilização das leis trabalhistas no que tange à negociação coletiva e greves, procedimentos de demissão. A ideia principal era que as remunerações fossem de acordo com a produtividade. No entanto, ainda segundo Kusterko (2014), foi reduzido o poder dos trabalhadores com a proibição e perseguição aos sindicatos, as remunerações não variaram conforme a produtividade e elevou-se o grau de exploração. Neste aspecto Stallings (2001) aborda que:

O mais importante do que ocorreu foi o estabelecimento do poder dos empregadores para despedir trabalhadores sem expressão de causa, sujeito ao pagamento de indenização (um mês de salário por ano de serviço, posteriormente reduzido para um máximo de cinco anos). Além disso, o direito à negociação coletiva foi restaurado, mas sob condições que enfraqueceram o poder dos sindicatos: era muito mais difícil organizá-los, sua filiação tornou-se voluntária, a negociação teve que ocorrer no nível da empresa, as greves foram limitadas a 60 dias e trabalhadores poderiam ser substituídos. Enquanto os decretos do governo continuavam a estabelecer aumentos salariais para os trabalhadores do setor privado que não negociavam coletivamente, o papel do governo em todo esse processo tornou-se muito mais restrito (STALLINGS, 2001, p.40).

A desregulação e flexibilização do mercado de trabalho era ponto fundamental da nova estratégia de desenvolvimento do governo militar, a fim de fortalecer o investimento privado e a eficiência econômica. No entanto, as reformas tardaram muito tempo em se realizar. Este intervalo, portanto, teve sérios problemas, devido à suspensão de alguns direitos trabalhistas. O governo realizou programas paliativos para melhorar os índices de desemprego. Devido ao aumento do desemprego, de 1975 a 1988, o Governo Pinochet lançou o Programa de Emprego Mínimo (PEM) de caráter subsidiário e transitório para cumprir finalidades de ação social, bem como, para buscar melhoria nos indicadores laborais (KUSTERKO, 2014, p.40).

A legislação trabalhista individual é internacionalmente caracterizada como protetora da parte trabalhista, ou seja, é refletido no estabelecimento de benefícios inalienáveis para o trabalhador em questões como horário máximo, descanso semanal, pagamento de horas extras, direito a férias, proteção de salários e privilégios sindicais e maternos. No entanto, antes das reformas e da mudança da legislação trabalhista no Chile, essas práticas foram deixadas de lado, pelos governos. Assim, a nova legislação transbordou o estabelecimento de direitos inalienáveis mínimos e comuns para todos os trabalhadores, e tornou-se um mecanismo para melhorar os níveis de remuneração e conceder benefícios a certos grupos (ÁLAMOS, 1986).

El régimen antiguo concebía a los sindicatos como únicos y obligatorios a nivel de obreros (sindicato industrial) y de afiliación libre a nivel de empleados. La afiliación obligatoria permitió una desmedida influencia de las directivas en las decisiones principales de la vida sindical. Estos sindicatos, dada su conformación legal, se transformaron en la mayoría de los casos en verdaderos botines políticos. Una vez controlados por grupos politizados, eran fácilmente volcables a fines extrasindicales (ÁLAMOS, 1986, p.165).

Para Álamos (1986), a falta de liberdade de associação deixou o trabalhador de base desprotegido e sem ferramentas suficientes para resistir e para isso foi necessário de fato, um novo sistema que viabilizasse facilidades para o setor de base, em geral, mais liberdade sindical.

Mudança no padrão distributivo - Na obra *Distribución de ingresos: 1958-2001* (LARRAÑAGA, 2001, p.303-305) sistematiza um conjunto de subperíodos dentro do corte estudado neste trabalho, que ajudam a entender de maneira resumida, as reformas aplicadas no Chile:

O subperíodo 1974-1981 se associa à introdução das reformas estruturais que modificaram o padrão de desenvolvimento do Chile. Essas reformas foram feitas tendo como ponto inicial a estratégia baseada nas importações e no predomínio do Estado à abertura ao comércio de bens, o papel subsidiário Estado e a utilização de mecanismos de mercado para a alocação de recursos. Como abordado no tópico anterior, esta fase também foi caracterizada por uma política de estabilização do nível de preços com consequências recessivas, entre os anos 1974 e 1975, e um aumento do PIB baseado na utilização da capacidade, bem como na acumulação de dívida externa (1977-1981).

Larrañaga (2001), afirma que a distribuição de renda nesse período apresenta uma tendência para uma maior desigualdade. O maior nível de desemprego associado à redução do setor público; a abertura para o exterior da indústria que substituiu as importações; o impacto recessivo da estabilização do nível de preços e o enfraquecimento dos preços, sindicatos e outras organizações sociais foram capazes de influenciar essa mudança no padrão distributivo.

Como consequência do ajustamento da dívida externa pós-crise, caracterizado por taxa de desemprego crescente, a queda vertical nos níveis de renda e atividade, e a redução substancial de gastos sociais, os anos 1982 a 1986 foram marcados como tendo a desigualdade em níveis mais altos. Os anos 1987 a 1990 se caracterizaram pela recuperação da economia e pelos níveis de emprego, apesar da desigualdade de renda muito alto.

4.2 Descontentamento social chileno.

O descontentamento social da população chilena visualizado nos recentes protestos³⁷, após o aumento de 3% nas passagens de metrô, mostrou na verdade, uma soma a reivindicações históricas, ao menos das últimas três décadas ligadas principalmente à área da saúde, educação, moradia e pensões³⁸. Os três primeiros fatores, pelo custo alto que gerou endividamento a milhares de pessoas; e o sistema de pensões onde grande parte da população se aposenta com uma renda inferior ao salário mínimo de (US\$ 400) aproximadamente.

O grande dilema em relação aos últimos acontecimentos no Chile, neste ano de 2019, que levou a sociedade a uma série de protestos é: por que os chilenos se ressentem da desigualdade mesmo com a maior renda per capita da região? O descontentamento dos chilenos, sobretudo, tem a ver com o seu bem-estar social. Para Draibe; Riesco (2011), a crescente desaprovação do modelo neoliberal está firmada em movimentos sociais e políticos, bem como na ampliação do debate sobre as

³⁷ Semelhante ao que ocorreu no Brasil em 2013.

³⁸ AFP - Administradoras de Fondos de Pensão.

possibilidades de retomada do crescimento sob padrões socialmente mais igualitários. Esses movimentos estão cada vez mais impulsionados pela massificação da educação básica que ampliaram a consciência popular e a opinião pública em relação às limitações do crescimento, estimulando a crítica e novas demandas por menos pobreza, mais igualdade etc. O que pode ser analisado como uma busca pelo Crescimento econômico, *Welfare State* e democracia, uma nova onda de política desenvolvimentista progressista (DRAIBE; RIESCO, 2011).

No artigo *Rupturas e continuidades na política social Chilena* (1994), Pilar Vergara firma que:

O mercado foi expandido para todos os setores e âmbitos da sociedade, até convertê-lo no mecanismo de organização da sociedade em seu conjunto". Com a redução do gasto social, promoveu-se a retirada sistemática do Estado dos setores sociais, por meio da privatização dos serviços e da estruturação de uma nova institucionalidade social, completamente submetida às leis do mercado competitivo. As "modernizações sociais" — que transferiram para o mercado e a iniciativa privada a tarefa de prover os bens e serviços sociais antes prestados pelo Estado, deixando que o mercado se encarregasse de regular o acesso a essas prestações. Por meio dessas reformas buscava-se promover a criação e expansão de um sistema privado de serviços sociais de alto nível, segundo o qual aqueles que têm poder aquisitivo suficiente financiam com seus próprios meios. As atenções sociais que antes recebiam do Estado, prevalecendo um critério de correspondência entre o quanto se contribui para o sistema e as prestações recebidas. No campo da saúde, a orientação privatizante expressou-se numa profunda reorganização do antigo Serviço Nacional de Saúde (SNS) e na implantação de um novo sistema, o Sistema Nacional de Serviços de Saúde (SNS), composto por 27 Serviços Regionais, competitivos entre si e administrados de acordo com critérios de rentabilidade privada (VERGARA 1994).

Para (VERGARA, 1994) o governo militar chileno impôs uma política social que subordinou questões distributivas do país às metas de crescimento e estabilidade da economia. Segundo (DRAIBE, 1995) seria uma espécie de *retrenchment* do Estado de bem-estar o que sob a orientação neoliberal, houve a quebra das relações entre crescimento econômico e política social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve como objetivo geral analisar as políticas socioeconômicas aplicadas no Chile durante o período que se destaca por ser um regime militar no Estado chileno dos anos de 1973 a 1990. Desta maneira, buscou-se apresentar o processo de formulação das reformas políticas com princípios neoliberais e sua aplicação na sociedade chilena.

O Chile foi escolhido para estudo pelas características de sua economia, pioneira na adoção do neoliberalismo, que superou o desempenho dos países latino-americanos. Ao considerar os acontecimentos históricos apresentados pode-se entender que o neoliberalismo transformou a conjuntura do Chile em termos econômicos e sociais principalmente, pelas reformas feitas nesses dois âmbitos que incluiu em maior parte, o limite dado tanto à economia quanto à área social, no que tange o papel do Estado.

O Chile chama a atenção pela sua experiência ao longo das décadas que se tornou um modelo para os defensores do neoliberalismo, principalmente na região. Entre estas experiências, está a transição do capitalismo para o socialismo, e a implantação do regime neoliberal durante uma ditadura militar. Mesmo com a implementação de todas as reformas apresentadas no trabalho, os resultados mais importantes só foram percebidos após o período estudado.

O primeiro capítulo apresentou o processo de formulação do *El Ladrillo* e propostas específicas contidas neste documento, políticas definidas por economistas do Chile para sanar as dificuldades que o país enfrentava. A grande máxima das críticas, e principal problema do *El Ladrillo* e das reformas no Chile é que não se pode recuperar a produção que não se gerou no passado. O fato destas reformas terem sido aplicadas em uma conjuntura não favorável, resultou em custos irrecuperáveis pelo menos por hora, de desigualdade social. É importante orientar a destinação dos recursos para o investimento em capital físico e humano, para assim melhorar a produtividade e adquirir vantagens comparativas.

O segundo capítulo conseguiu mostrar, os aspectos teóricos sustentados por Milton Friedman, e sua relação com os ideais do *El Ladrillo*, tendo em vista que o neoliberalismo tomou a direção e começa a recuperar seu papel de influência como *mainstream*, sobretudo, ao se firmar através da sua ênfase na ideia de liberdade individual. Além disso, dissertou-se como o modelo chileno e suas reformas refletiram em outras nações no mesmo período.

No terceiro capítulo, foi possível visualizar como se deu o processo de aplicação das reformas políticas socioeconômicas no Chile e quais seus efeitos na atual conjuntura na sociedade chilena. Ao analisar o modelo de descentralização econômica e social formulado pelos economistas chilenos e executado por Pinochet, é entendido como injusto, ao considerar de um lado o mercado sobrepondo-se ao Estado como gestor dos interesses públicos e por outro, uma economia internacional que prevalece sobre o mercado interno, e assim, restringe políticas capazes de orientar o desenvolvimento nacional em benefício da maioria da população.

Percebe-se ainda, que o Chile constitui o caso mais notável de implementação de um modelo de economia de mercado. Durante nove anos, entre 1973 e 1982, foi implementado um modelo que, por sua "pureza", profundidade e extensão induziu uma drástica transformação da economia chilena. O regime de Pinochet desfrutou da eliminação da restrição externa. Com a renda transitória do cobre, capturada

principalmente pela estatal Corporação Nacional do Cobre do Chile (CODELCO), reduziu impostos, aumentou salários e empregos, liberou as importações e valorizou a taxa de câmbio; todos financiados com rendimento transitório. Isso gerou uma grande recuperação econômica em 1988-1989, o que permitiu ao regime entregar uma economia que mostrava claramente números positivos em termos de valor de exportação e aumento do emprego e do PIB naquele biênio.

Nesse sentido, o Chile não é apenas um paradigma de políticas para imitar, mas também um exemplo de erros a evitar, considerando que o modelo aplicado foi modificado ao longo do período. Ou seja, desde 1973 até 1990 foram realizadas reformas das reformas, que se deu por meio de correção de erros e pragmatismo na década de 1980.

Por fim, entende-se que o processo de reforma do Estado chileno não é homogêneo ao longo do tempo, conforme a evolução da política nacional alterou-se o escopo de algumas tomadas de decisões, no entanto, há uma continuidade no aspecto reformista, buscando um desenvolvimento institucional que era propício à uma estabilidade macroeconômica, equilíbrio fiscal e melhoria da gestão pública.

Nesse sentido, a hipótese é que foram as reformas implantadas com base no *El Ladrillo* que promoveram uma inflexão na área social e econômica do Chile e que o desempenho positivo em relação ao desenvolvimento econômico foi verificado na maior parte dos anos 90, até os dias de hoje, no entanto, no que engloba as políticas sociais não demonstraram o mesmo desempenho.

REFERÊNCIAS

- AGOSIN, M. 1999. **Reformas Comerciales, Exportaciones Y Crecimiento**. Disponível em: <https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/1698/1/S338983F437_es.pdf>. Acesso em: 26 jun. 2019.
- ÁLAMOS, R. M. 1986. **La Modernización Laboral**. Disponível em: <https://www.cepchile.cl/cep/site/docs/20160303/20160303184528/rev26_alamos.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2019.
- ANDERSON, P. 1996. **Balanco do neoliberalismo**. Disponível em: <<http://www.unirio.br/unirio/cchs/ess/Members/giselle.souza/politica-social-ii/texto-1-balanco-do-neoliberalismo-anderson>>. Acesso em: 02 set. 2019.
- ARAÚJO, M. A. S. 2011. **Política Fiscal e Volatilidade Macroeconômica em Países Exportadores de Recursos Naturais**. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/9591/1/2011_MarcoAureliodosSantosAraujo.pdf> Acesso em: 22 jun. 2019.
- ARELLANO, P.; MARFAN, M. 1987. **25 años de política fiscal em Chile**. Disponível em: <http://www.cieplan.org/media/publicaciones/archivos/82/Capitulo_6.pdf>. Acesso em: 01 Ago. 2019.
- BARBOSA, M. L. 2011. **Escola Monetarista e Escola Keynesiana**. Disponível em: <<https://www.ebah.com.br/content/ABAAAfhT4AI/escola-monetarista-escola-keynesiana>>. Acesso em: 29 jul. 2019.
- BEYER, H. 1988. **La privatización de la distribución de energía eléctrica: el caso de chiletra metropolitana**. Disponível em: <https://www.cepchile.cl/cep/site/docs/20160303/20160303184339/rev32_beyer.pdf>. Acesso em: 03 out. 2019.
- BRESSER-PEREIRA, L. C. 2009. **Assalto ao Estado e ao mercado, neoliberalismo e teoria econômica**. Revista de Estudos Avançados.
- BOISIER, S. 2000. **Chile: la vocación regionalista del gobierno militar**. Disponível em: <https://scielo.conicyt.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0250-71612000007700004>. Acesso em: 17 ago. 2019.
- BORGES, F. 2010. **Intervenção Estatal na Economia: O Banco Central e a execução das Políticas Monetária e Creditícia**. São Paulo. Dissertação de Mestrado. USP.
- BUC, BÜCHI HERNÁN. Disponível em: <<http://www.memoriachilena.gob.cl/archivos2/pdfs/MC0024805.pdf>>. Acesso em: 17 ago. 2019.
- CASTRO, S. 1992. **El Ladrillo**. Disponível em: <https://www.cepchile.cl/cep/site/artic/20160812/asocfile/20160812124819/libro_elladrillo_cep.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2019.
- CHEYRE, H. V. 1986. **Análisis de las Reformas Tributarias en la Década 1974-1983**. Disponível em: <https://www.cepchile.cl/cep/site/artic/20160303/asocfile/20160303184330/rev21_HCheyre.pdf>. Acesso em: 23 ago.2019.
- COFACE. 2019. **Major Macro Economic Indicators – Chile**. Disponível em: <<https://www.coface.com/Economic-Studies-and-Country-Risks/Chile>>. Acesso em: 04 out. 2019.

- DARDOT, P; LAVAL. C. 2016. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal**. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1oQB_iTa4u3lBQyGnt75FcjCg9aFVDd7M/view?ts=5d361dde>. Acesso em: 29 jul. 2019.
- DELENOGARE, W. **Human Rights is the soul of our foreign policy**. Disponível em: <http://tede2.pucrs.br/tede2/bitstream/tede/6577/2/DIS_WALDEMAR_DALENOGARE_NETO_COMPLETO.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2019.
- DRAIBE, S. M; RIESCO, M. 2011. **Estados de bem-estar social e estratégias de desenvolvimento na América Latina. Um novo desenvolvimentismo em gestação?** Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-45222011000200009#tx16>. Acesso em: 20 out. 2019.
- DRAIBE, S. 1995. América Latina: o sistema de proteção social na década da crise e das reformas. **Cadernos de Pesquisa nº 30**, Campinas, NEPP/UNICAMP.
- FONTAINE, J. A. **Transición Económica y Política en Chile: 1970-1990**. Disponível em: <https://www.cepchile.cl/cep/site/artic/20160303/asocfile/20160303183755/rev50_jafontaine.pdf>. Acesso em: 02 ago. 2019.
- FMI, Working Paper. 2018. **Assessing the Macroeconomic Impact of Structural Reforms in Chile**.
- FRENCH-DAVIS, R. 1982. **Una Evaluación del Modelo Económico**. Disponível em: <https://www.cepchile.cl/cep/site/artic/20160304/asocfile/20160304093037/rev11_ffrenchdavis.pdf>. Acesso em: 03 set. 2019.
- FRENCH-DAVIS, R. 1983 **The monetarist experiment in Chile: a critical survey**. World Development, vol. 11, Nº 11, pp. 905-36, Elsevier Science.
- FRENCH-DAVIS, R. 2016. **Progresos y retrocesos del desarrollo económico de Chile en los gobiernos de la Concertación: 1990-2009**. Disponível em: <http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2448-718X2016000100005>. Acesso em: 15 jun. 2019.
- FRENCH-DAVIS, R.; Stallings, B. 2001. **Reformas, crecimiento y políticas sociales en Chile desde 1973**. Disponível em: <https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/1698/1/S338983F437_es.pdf>. Acesso em: 08 ago. 2019.
- GUEDES, P. 2016. **Uma análise a Milton Friedman**. Disponível em: <<https://www.institutomillennium.org.br/artigos/milton-friedman-2/>>. Acesso em: 29 jun. 2019.
- GUIMARÃES, M. C. L. 2002. O Debate sobre a Descentralização de Políticas Públicas: Um Balanço Bibliográfico. **Organização Social**, Salvador, V. 9, N. 23, Jan./Abri.
- HACHETTE, D. A. 2000. **Privatizações: reforma estrutural pero inconclusa**. Disponível em: <https://www.cepchile.cl/cep/site/artic/20160304/asocfile/20160304093212/04_hachette.pdf>. Acesso em: 14 jul. 2019.
- HOBSBAWM, E. J. 1994. **Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991**. 2ª Ed. São Paulo: Companhia das Letras.
- IBÁÑEZ, O. P. 1984. **Hacia una moderna economía de mercado: diez años de política económica, 1973-1983**. Disponível em <<http://www.memoriachilena.gob.cl/602/w3-article-79201.html>>. Acesso em: 27 jun. 2019.
- KLEIN, N. 2007. **A Doutrina do Choque**. Disponível em: <<https://mizanzuk.files.wordpress.com/2018/02/klein-naomi-a-doutrina-do-choque.pdf>>. Acesso em: 01 ago. 2019.

KRUGMAN, P. 2008. **¿Quién era Milton Friedman?** The New York Times. Traducción de News Clips. Disponível em: <<https://radiolaprimerisima.com/articulos/2372/quien-era-milton-friedman-el-fundador-del-neoliberalismo/>>. Acesso em: 25 fev. 2019.

KUSTERKO, T. C. E. 2014. **O Modelo Econômico Chileno de 1973 a 2000: Análise e Crítica às Reformas do Modelo.** Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/128142/Monografia%20da%20Tania%20Espinoza.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 28 jun. 2019

LARRAÍN, F.; VERGARA, R. 2001. **La Transformación Económica de Chile.** Disponível em: <http://www.cepchile.cl/dms/lang_1/cat_768_inicio.html>. Acesso em: 28 abri. 2019.

LARRAÑAGA, O. 2001. **Distribución de ingresos: 1958-2001.** Biblioteca Nacional de Chile, Santiago. p. 303-305.

LEIVA, O. C. 2006. **La "migaja" del gobierno en Educación.** Disponível em: <http://www.archivochile.com/edu/ana_opimes/ana_opiMES0056.pdf>. Acesso em: 31 jul. 2019.

LIRA, F.R.F. 2010. **Do socialismo ao neoliberalismo: o Chile dos anos 1970.** Disponível em:<<https://img.fae.edu/galeria/getimage/1/261427454798353.pdf>>. Acesso em: 22 nov. 2019.

LOPREATO, L. F. 2013. **Milton Friedman e a efetividade da política fiscal.** Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-98482013000200001#_ftn3>. Acesso em: 17 ago. 2019.

MARTINS, R. 2016. **Neoliberalismo, Democracia Protegida e Resistência Popular.** Disponível em: <<https://fpabramo.org.br/publicacoes/wp-content/uploads/sites/5/2017/05/chilenossamericanuestra.pdf>>. Acesso em: 06 ago. 2019.

MELLER, P. 2000. **Pobreza y distribución del ingreso en Chile en la década del 90.** Santiago.

MEMÓRIA CHILENA. 2018. **El gobierno de la Unidad Popular (1970-1973).** Disponível em: <<http://www.memoriachilena.gob.cl/602/w3-printer-31433.html>>. Acesso em: 20 mar. 2019.

MONBIOT, G. 2016. **Neoliberalism – the ideology at the root of all our problems.** Disponível em:< <https://www.theguardian.com/books/2016/apr/15/neoliberalism-ideology-problem-george-monbiot>>. Acesso em: 10 jun. 2019.

MOGUILLANSKY, G. 1999. **Privatizaciones y su impacto en la inversión.** Disponível em: <<http://www.memoriachilena.gob.cl/archivos2/pdfs/mc0032325.pdf>>. Acesso em: 10 jun. 2019.

MORAES, R. C. C. 1995. **O Chile De Pinochet Cérebros e Músculos Do Neoliberalismo.** Disponível em: <<https://Revistas.Ufpr.Br/Rsp/Article/View/39370/24187>>. Acesso em: 20 mai. 2019.

MORAES, R. C. C. 2001. **Neoliberalismo - de onde vem, para onde vai?** Disponível em: <<https://pt.scribd.com/document/324249381/MORAES-Reginaldo-C-Neoliberalismo-de-onde-vem-para-onde-vai>>. Acesso em: 20 jun. 2019.

PIÑERA, J. 1990. **Revolución Laboral en Chile.** Disponível em:<<http://www.josepinera.org/zrespaldo/REVOLUCION%20LABORAL%20RESUMIDO.pdf>>. 24 out. 2019.

OLIVEIRA, N. M.; STRASSBURG, U.; SILVA, N. A. 2012. **De Smith Ao Neoliberalismo: Um Ensaio Sobre O Papel Do Estado Na Economia Capitalista.** Ciências Sociais Aplicadas em Revista - UNIOESTE/MCR - v. 12 - n. 23 - 2º sem. 2012 - p. 89 a 99.

- RACHEWSKY, R. 2017. **Um pequeno guia para Milton Friedman**. Disponível em: <<https://www.studentsforliberty.org/pequeno-guia-milton-friedman>>. Acesso em: 20 jul. 2019.
- RIESCO, M. 2017. **Observaciones acerca de la política chilena**. Disponível em: <<https://politica.manuelriesco.cl/2017/03/mil-dias.html?view=mosaic>>. Acesso em: 17. Jul. 2019.
- ROBERTSON, S. L. 2007. **Reconstruir o Mundo: Neoliberalismo, a Transformação da Educação e da profissão (do) professor**. Disponível em: <<https://core.ac.uk/download/pdf/48575925.pdf> >. Acesso em: 05 abr. 2019.
- ROMAGUERA, A. M., 2001. **La legislación laboral y el mercado del trabajo: 1975-2000**. Universidad de Chile, Santiago.
- OIT. 1998. Chile. **Crecimiento, Empleo y el Desafío de la Justicia Social**. OIT, Santiago.
- SMITH, B. C. 1985. **Decentralization: the territorial dimension of the state**. London: George Allen & Unwin Ltda.
- SOARES, L. M. 2009. **Análise do Crescimento da Economia Chilena no Período 1973-2006**. Disponível em: <<https://pantheon.ufrj.br/bitstream/11422/2514/1/LMSoares.pdf>>. Acesso em: 06 abri. 2019.
- STALLINGS, B. 2001. **Políticas Macroeconómicas y la Cuenta de Capitales**. Disponível em: <https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/1698/1/S338983F437_es.pdf>. Acesso em: 31 jun. 2019.
- SOUZA, T, G; LARA, A.M.B. 2012. **Os fundamentos teórico-metodológicos da escola neoliberal de chicao: implicações no campo educacional**. Disponível em: <http://www.ppe.uem.br/publicacoes/seminario_ppe_2012/trabalhos/po/po_007.pdf>. Acesso em: 24 nov. 2019.
- THE HERITAGE FOUNDATION. 2006. **How Chile Successfully Transformed its Economy**. Disponível em: <<https://www.heritage.org/international-economies/report/how-chile-successfully-transformed-its-economy>>. Acesso em: 20 ago. 2019.
- UTHOFF, A. 2001. **La reforma del sistema de pensiones y su impacto en el mercado de capitales**.
- VALENZUELA, M. S. 1989. **Reprivatización Y Capitalismo Popular En Chile**. Disponível em: <https://www.cepchile.cl/cep/site/artic/20160303/asocfile/20160303184338/rev33_valenzuela.pdf>. Acesso em: 29 jul. 2019.
- VERGARA, P. 1994. **Rupturas e continuidades na política social Chilena**. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64451994000100004#tab3>. Acesso em: 25 out.2019.
- WORLD BANK, 2018. **Poverty headcount ratio at national poverty lines** . Disponível em: <<https://data.worldbank.org/indicator/SI.POV.NAHC?locations=CL>>. Acesso em: 17 out. 2019.
- WORLD BANK. 2019. **The World Bank In Chile**. Disponível em: <<https://www.worldbank.org/en/country/chile/overview#3>>. Acesso em: 09 out. 2019.
- YÁÑEZ, J. 2010. **Análisis Económico de la Recaudación Fiscal 1987 - 2009**, Revista de Estudios Tributarios N° 1, Centro de Estudios Tributarios, Facultad de Economía y Negocios, Universidad de Chile.